

A Insurreição Praieira

The Praieira Insurrection

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco

Bruno Augusto Dornelas Câmara

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A Insurreição Praieira (1848) atraiu a atenção de vários historiadores, não apenas devido à sua magnitude, a participação de proprietários rurais e membros do parlamento, mas também devido aos seus aspectos sociais mais amplos. A Praieira está enraizada nas disputas das elites locais pelo governo de Pernambuco, que começaram na Independência do Brasil. Mas ela também teve raízes nas disputas parlamentares na Corte. Na década de 1840, havia duas facções competindo pelo poder na província. Ambas tentaram mobilizar a população urbana e os proprietários rurais. Este trabalho discute a historiografia recente e enfoca as motivações dos participantes na rebelião, tanto das elites como aquelas dos homens livres pobres, os trabalhadores especializados e semi-especializados.

Abstract

The Praieira Insurrection (1848) drew the attention of several historians, not just for its magnitude, the participation of landowners and also members of the Parliament, but also because of its broader social aspects. The Praieira is deeply rooted in the disputes of the local elites for the government of Pernambuco, starting in the Independence of Brazil. But also had deep roots in the disputes in the Parliament. By the 1840's, there were two local factions competing for power in the province. Both tried to mobilize the urban population and the rural landowners. This paper discusses the recent historiography, and focuses on the diverse motivations of the participants in the rebellion, including those of the urban poor, the skilled and semi-skilled workers of Recife.

Palavras-chave

revolta / rebelião, homens livres pobres, práticas políticas

Keywords

uprising / rebellion, poor free people, political practices

Na madrugada do dia 2 de fevereiro de 1849, cerca de mil e seiscentos homens armados marcharam rapidamente desde as matas de Água Preta, na zona da mata sul de Pernambuco, até o Recife. Manobrando habilmente entre florestas, encostas, canaviais e estradas sob forte vigilância, esse pequeno exército conseguiu despistar as tropas comandadas pelo General José Joaquim Coelho que estavam no seu encalço. Enquanto eram procurados no interior, formaram duas colunas e atacaram o Recife, que pensavam estar desguarnecido devido ao deslocamento para o interior das tropas de primeira linha encarregadas de proteger o presidente da província. Os invasores procediam de várias partes da província, inclusive do Recife e Olinda. Liderando o ataque, havia desde militares experientes, como o Capitão Pedro Ivo, que trouxe consigo inclusive alguns índios, até grandes proprietários rurais, comandando guardas nacionais e outros agregados. Também participaram do ataque liberais radicais e um grupo de deputados que, meses antes, compartilhavam do convívio de Pedro II, pois pertenciam ao núcleo de políticos palacianos liderados por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o futuro Visconde de Sepetiba. A luta foi feroz. Durou de 10 a 12 horas. Centenas de combatentes tombaram nas ruas estreitas da cidade. Outros, no desespero da fuga, afogaram-se em um dos rios que cortam o Recife. No final, as tropas que atacaram a capital tiveram 200 mortos e 400 feridos. As tropas do governo, 90 mortos e 197 feridos. Entre as vítimas fatais estava ninguém menos do que o principal líder do partido praieiro, o deputado Nunes Machado, cuja retórica precisa conquistou o respeito dos seus pares na câmara durante o "quinqüênio liberal" (1844-1845). Apesar da surpresa do ataque, o governo provincial foi capaz de mobilizar guardas nacionais e marinheiros imperiais que, junto a jagunços enviados pelos proprietários rurais das imediações do Recife, estudantes de direito, e toda a sorte de aliados da hora, conseguiram defender a cidade a partir de trincheiras improvisadas. Esse malfadado ataque selou o fim da Insurreição Praieira, iniciada quase três meses antes, em 07 de novembro de 1848.

A desastrosa tentativa de tomar o Recife e derrubar o presidente da província não marcou apenas a derrocada do movimento armado mas, sobretudo, esmagou o partido praieiro em Pernambuco. A rebelião também selou o futuro dos liberais no parlamento, condenados dali em diante ao ostracismo político praticamente pelo "espaço de uma geração", como lembrou Joaquim Nabuco. Quando eles voltaram ao governo, em 1864, o partido estava transfigurado. Alguns dos seus líderes eram justamente os adversários em 1848.¹ De fato, a Praieira encerra o ciclo das insurreições liberais do nordeste com uma retumbante derrota da oposição à oligarquia que vencera a disputa pelo poder na província durante a Independência. A história do movimento praieiro está, portanto, vinculada aos episódios formadores do Brasil como corpo político autônomo, o que não é de estranhar, afinal de contas, a Confederação do Equador ocorrera apenas 24 anos antes. Alguns dos jovens simpatizantes do movimento de 1824 seriam veteranos, liberais históricos como se dizia na época, em 1848. Os simpatizantes e remanescentes de 1824 começaram a voltar à arena política ainda no final do primeiro reinado, agitando e panfletando, ao ponto de Pedro I suspender os direitos constitucionais em Pernambuco em 1829. No período regencial, retomaram e consolidaram posições no aparato estatal. Na década de 1840, principalmente a partir de 1844, não somente disputaram e ganharam as eleições em Pernambuco, mas também foram capazes de montar uma máquina eleitoral própria para se beneficiar da legislação, que garantia ao

¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1.

Ministério nomeado na corte a vitória eleitoral nas províncias. Alcançaram o poder em 1845. Suas bases eleitorais estavam espalhadas tanto pelo interior como na própria cidade do Recife. Não faltavam homens ricos entre eles.

Esse lado oligárquico da Praieira nunca deve ser relegado. O mesmo pode ser dito dos seus aspectos mais radicais. O *Manifesto ao Mundo* de Borges da Fonseca de 1848 e as intensas manifestações nativistas nas ruas do Recife, entre 1844 e 1848, exerceram um verdadeiro fascínio sobre a historiografia engajada brasileira. Caio Prado Júnior, sempre preocupado em explicar a dificuldade da implantação do socialismo no Brasil, não deixou de fazer observações contundentes sobre o movimento. Para ele, a Praieira foi a nossa fracassada revolução burguesa. Um preâmbulo para revoluções ainda maiores. Essa sensação de que ali, nas ruas do Recife, havíamos perdido algo de precioso, acompanhou a historiografia até o final dos anos 1970, quando começou uma reviravolta. Renovando uma antiga hipótese de Barbosa Lima Sobrinho, Isabel Marson e Nancy Naro demonstraram que a Praieira foi, antes de tudo, uma disputa entre facções das oligarquias provinciais pelo poder político local. A historiografia aprofundou o estudo dessas tensões das quais resultaram confronto armado e sangrentas batalhas nos engenhos, fazendas e povoados do interior. Houve até excursões pontuais dos revoltosos a outras províncias, como a Paraíba e Alagoas.

A historiografia recente, todavia, retomou a análise das manifestações de rua, da mobilização de artesãos e outros trabalhadores urbanos, que levaram Caio Prado Júnior, Amaro Quintas e Edison Carneiro a imputarem um caráter verdadeiramente revolucionário ao 1848 pernambucano. Os estudos recentes não se deixaram levar pela retórica panfletária pura e simples. Seguindo uma sugestão de Isabel Marson, deixaram de tomar o partido dos praieiros. Ao invés de reverberar o discurso da imprensa panfletária liberal radical, buscou-se dimensionar a participação das camadas subordinadas no movimento praieiro e entender as motivações dos diferentes grupos envolvidos. A Praieira teve de fato outras facetas, indo além da mera disputa oligárquica. Ela catalisou inúmeras insatisfações da população pobre livre, imprensada entre a escravidão e o desemprego. Jeffrey Mosher observou que a principal bandeira política dos praieiros, a nacionalização do comércio a retalho, era um traço distintivo do programa do Partido Liberal em relação ao Partido Conservador. Esta reivindicação não era apenas uma figura de retórica, pois atendia a um "anseio popular", na expressão de Nabuco. Era como se a nacionalização do comércio a retalho corrigisse as falhas da Independência, que pouco trouxera para o homem livre pobre, marginalizado em seu próprio país. Os praieiros levaram essa reivindicação a sério, incluindo-a até nas discussões da Câmara em 1848.²

O que tem encantado a historiografia, portanto, é essa complexidade da Praieira. Um movimento vinculado às disputas partidárias na câmara, mas enraizado em conflitos políticos localizados no interior de Pernambuco. Uma disputa entre famílias de grossa fortuna, das quais saíram, e saíram, presidentes de províncias, deputados e senadores do império, mas sem descartar a luta dos inúmeros homens livres pobres, a "gente comum", na expressão de George Rudé. Uma rápida leitura nos *Autos do Inquérito* confirma a heterogeneidade dos participantes. Até os líderes partidários que freqüentavam as tribunas do parlamento pegaram em armas. Da mesma forma, participaram do movimento pessoas da cidade envolvidas com as campanhas eleitorais dos praieiros e gente do campo mobilizada nos conflitos locais entre proprietários rurais. Além disso, no mesmo lado do

2

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.91. MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p.160-161.

campo de batalha havia homens com perspectivas políticas e ideológicas muito distintas, ou mesmo contrárias ao Partido Praieiro, como era o caso do liberal radical Antônio Borges da Fonseca.

Enquanto os praieiros estiveram no poder, entre junho de 1845 e abril de 1848, Borges da Fonseca foi um ferrenho adversário do governo provincial. Como os deputados praieiros pertenciam ao grupo de políticos comensais do paço imperial, liderados por Aureliano, Borges da Fonseca, um republicano, considerava-os tão nocivos, talvez ainda piores, do que o Barão da Boa Vista e os Cavalcanti, que dominaram a província nos anos anteriores. Por suas críticas foi processado pelos praieiros por crime de imprensa, amargando a prisão entre agosto de 1847 e abril de 1848. Segundo a imprensa praieira, Borges pregava uma "cruzada contra todas as testas coroadas", era o "mais famoso anarquista do Brasil", um "energúmeno sans culotte".³ Seus seguidores, como relatava um presidente da província praieiro, eram "verdadeiros proletários"⁴. Quando a rebelião estourou, todavia, Borges não só aderiu como foi capaz de mobilizar um pequeno exército disciplinado e pronto a segui-lo, tornando-se um dos principais líderes da revolta. Do lado dos praieiros lutaram também os índios mobilizados pelo Capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, nas matas de Jacuípe e Barreiros, ao sul de Pernambuco. Além dos mobilizados por Borges da Fonseca, os próprios líderes praieiros também buscaram apoio entre os trabalhadores urbanos, muitos dos quais participaram ativamente da insurreição. Não foi à toa que Nabuco afirmou que a Praieira teve a força de um turbilhão popular, tamanha a diversidade de seus participantes anônimos.

Esse é o ponto comum que fascina os historiadores da Praieira: afinal, o que levou agentes sociais tão díspares a arriscarem suas vidas e bens numa guerra aberta contra o governo provincial e imperial?

A primeira geração a participar da vida política da Independência depois da chegada da família real em 1808 testemunhou mudanças extremas no cotidiano e na cultura política da antiga capitania de Duarte Coelho. A Independência no Nordeste, como há muito observou José Honório Rodrigues, foi um processo cruento. Os rebeldes de 1817 foram esmagados de tal forma que até padres foram executados, algo inusitado no mundo colonial lusitano e que se repetiria em 1824. Nos anos seguintes, as oligarquias disputaram palmo a palmo as posições abertas no aparato estatal, mesmo que os salários oferecidos, quando existentes, fossem baixos. Nos trinta e um anos, entre 1817 e 1848, houve uma série de mudanças que deram uma feição própria ao sistema eleitoral brasileiro e à burocracia estatal. Depois das chamadas "leis reacionárias" de 1841-1842, as eleições provinciais não colocariam mais em risco os planos do jovem imperador e dos sucessivos gabinetes ministeriais, que teriam também um presidente, depois de 1847, protegendo a figura do monarca de ser apontada como responsável pelos fracassos dos ministérios dali em diante. Enquanto isso, nas localidades, a chave da vitória eleitoral era a mesa de qualificação, que decidia quem era votante, quem era eleitor. Presidindo a mesa, estava o juiz de paz, cargo eletivo bastante disputado, mas dependente de arranjos políticos muito acima dos interesses restritos das paróquias do interior. Os presidentes de província e o ministro da justiça, indicados no Rio de Janeiro, garantiam a vigilância final sobre as urnas e o controle sobre os votantes e eleitores, ao designarem os delegados e subdelegados de polícia e os comandantes das guardas nacionais, que também influíam decisivamente nas eleições dos juizes de paz. Onde o respaldo dessas autoridades não era

3

Apud REGO, General Melo. *A Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.23.

4

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Ministério do Império*, Pernambuco, IJJ 253, 17/01/1847.

suficiente para garantir a vitória nas urnas, mandavam-se milícias comandadas por oficiais de primeira linha à frente dos valentões do lugar, transformados em agentes da ordem imperial.

As eleições tornaram-se freqüentes já no final do primeiro reinado. Mais ainda depois da Maioridade. Como ocorriam em várias freguesias intermitentemente, ao invés de simultânea e definitivamente em todos os colégios eleitorais, como nos dias de hoje, o país vivia sob um permanente período eleitoral. O calendário dos pleitos era bastante elástico. Quando um escrutínio estava apenas começando em uma freguesia, já havia sido concluído semanas antes em outra. Isso era algo inédito em relação aos anos anteriores à Independência e mesmo em relação à república. As eleições podiam ter resultados ilegítimos ou pouco representativos da vontade popular, mas elas aconteciam. Lembra com precisão José Murilo de Carvalho, que um fato destacado da cultura política do Império era a freqüência e regularidade das suas eleições. Apesar dos abalos localizados nas freguesias, nas províncias como um todo, o mecanismo estava sempre em funcionamento.⁵ Entre uma eleição e outra, a mesa de qualificação indicava os votantes que deveriam escolher os eleitores qualificados para tal, que davam a palavra final das urnas. No caminho para o local da apuração, o resultado original das cédulas depositadas ainda poderia mudar.

No Brasil, muito cedo, se aprendeu a votar e a conviver com campanhas eleitorais. Porém, logo se percebeu que elas poderiam, ou não, resolver os problemas mais imediatos da população. As reivindicações dos votantes e dos eleitores menos privilegiados, nem sempre seguiam os canais institucionais. Os resultados mais concretos vinham através da malha clientelar, que vinculava os votantes mais simples naqueles que seriam votados. Era no nível pessoal, e não institucional, que se buscavam as soluções para os problemas do cotidiano.

Ao observar o sistema clientelar, todavia, não se deve supor que as posições na guarda nacional, na justiça de paz e na polícia civil fossem puramente decorativas, meros reflexos do poder de fato dos grandes potentados rurais ou urbanos na década de 1840. Na realidade, essas posições não eram decorativas. Se fossem, que razão haveria para que os grandes proprietários rurais se entregassem de corpo e alma nas violentas disputas eleitorais durante o império, arriscando suas vidas e propriedades?

Ocupar essas posições era imensamente importante, primeiro pelo capital simbólico adicionado ao poder de fato do chefe político local, que assim se tornava um agente do império em sua localidade. Agora sua comunicação com o núcleo do poder, o governo provincial, mudava substancialmente, na medida em que ele se tornava um aliado político direto do presidente e, indiretamente, do próprio imperador que o designara. Ele agora tinha poder não apenas sobre seus próprios dependentes, mas também sobre a mão-de-obra livre de sua jurisdição, inclusive a clientela alheia que ele podia perseguir, prender ou soltar, e, finalmente, enviar para a capital como possível recruta para as tropas de primeira linha. Era praticamente impossível ascender a qualquer dessas posições sem alicerces políticos prévios. Mas a investidura nesses cargos consolidava e aprofundava esses alicerces.

Outro fator que atraía o interesse para esses cargos era o simples fato de que essas ocupações davam a seus detentores alavancagem política nas eleições para as câmaras municipais, assembléia provincial e câmara dos deputados. Ter um representante nessas esferas, significava influir na

5
CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4a edição, 2003. p.30-31.

distribuição dos recursos provinciais, na legislação local e provincial e na nomeação para os cargos públicos remunerados, inclusive na designação dos padres para as paróquias mais rentáveis e respeitáveis, um ótimo emprego para filho de senhor de engenho decadente, como há muito observou Gilberto Freyre. Por último, em momentos de conflito, podia-se contar com os recursos do estado – recursos limitados – porém capazes de fazer a diferença em determinadas circunstâncias. Qualquer leitura apressada da correspondência da justiça de paz e de outras esferas do aparelho repressivo dessa época detecta a distribuição freqüente de armas, munição e soldos por parte dos sucessivos governos provinciais às tropas sob o comando de seus aliados políticos no interior. No caso da justiça de paz havia ainda vantagens pecuniárias evidentes. Além de julgar pequenas causas, eram encarregados de perseguir quilombolas e assim amealhar a recompensa por sua captura – caso os devolvessem.

Aqui, vale lembrar que as prerrogativas, atribuições e jurisdição das várias posições no aparato repressivo eram claramente distintas na letra da lei. Todavia, nas práticas cotidianas da política imperial, essas prerrogativas eram freqüentemente confundidas. Muitas vezes equivaliam-se, de tal forma que aquilo que um juiz de paz fazia, um sub-delegado ou coronel da guarda nacional podia desfazer e assim sucessivamente. Na década de 1840, os cargos não remunerados de oficiais da guarda nacional, delegados e sub-delegados da polícia civil e juizes de paz, eram geralmente exercidos por proprietários. Mas também era possível ocupá-los simultaneamente, uma característica própria da burocracia estatal brasileira. Acrescente-se ainda que, na época da Praieira, ainda estavam vivos muitos capitães-mores. Não importava para eles que as ordenanças estivessem extintas, pois faziam questão de serem assim tratados pessoalmente ou na correspondência, afinal de contas, sua antiga jurisdição era maior do que a de qualquer juiz de paz, coronel da guarda nacional ou delegado. Essa justaposição de hierarquias tinha implicações importantes na política imperial e, vez por outra, gerava conflitos de jurisdição, resolvidos quase sempre de forma violenta, de acordo com o poder dos agentes em disputa.

A ocupação desses cargos também servia para assimilar novas elites ao corpo do Estado. Cada vez que alguém alcançava alguma dessas posições em alguma localidade, tornava-se um agente do império em sua área de influência, por menor que esta fosse. O Estado estendia assim os seus braços e o diapasão de sua legitimidade sem grandes custos diretos. Os custos indiretos fluíam pelas malhas patrimoniais, ligando o centro do poder na Corte aos agentes do Estado nas províncias e localidades. A distribuição de favores, títulos, benesses e inúmeras pequenas vantagens econômicas, que somadas eram muitas, seguiam o caminho dessas malhas cheias de capitães-mores, coronéis da guarda nacional, juizes de paz, delegados e subdelegados da polícia civil. Era essa a planície política, avistada das alturas das câmaras municipais, das assembléias provinciais, e do topo da câmara e do senado.

É nessa questão da legitimidade do Estado imperial que repousa um dos problemas que levou à eclosão da Praieira. Não haveria atritos maiores onde quer que algum potentado rural e urbano ungido por esses cargos imperasse sobre a vontade dos votantes, ocupando univocamente, ou através de alianças, essas diversas posições. O mesmo não ocorria quando havia diferentes facções das elites locais, com poderes equivalentes, disputando esses cargos, constituindo sólidas alianças, unindo riqueza à

capacidade de arregimentar votantes e, principalmente, homens armados para coagir esses mesmos votantes, roubar e emprenhar urnas. Mesmo os adversários dos praieiros reconheciam as sólidas bases eleitorais do partido na grande propriedade agrária. Na retórica dos seus adversários, os praieiros podiam arregimentar toda a sorte de proletários para suas hostes. Mas todos sabiam que eles tinham raízes oligárquicas profundas.

E tudo começou ainda na época da Independência, quando a oligarquia cindiu-se em duas facções. Em outubro de 1821, o governador régio, o General Luiz do Rego, que reprimiu a Insurreição de 1817, deixou Pernambuco. Formou-se uma junta de governo, apoiada militarmente por plantadores majoritariamente da zona da mata norte, tendo a frente o negociante de grosso trato do Recife, Gervásio Pires Ferreira. Nos meses seguintes, Gervásio manteve equidistância tanto do Rio de Janeiro, como das Cortes em Portugal. As rendas provinciais estavam agora à disposição do governo local, à frente do qual estava um homem que passou quatro anos preso por sua participação na Insurreição de 1817.

Em sua correspondência com os dois centros de poder, que mediam forças naquele momento, Gervásio demonstrou sua habilidade política. Sem negar o apoio a Pedro, recusava-se, todavia, a reconhecer no príncipe qualquer poder não autorizado pelas Cortes de Lisboa. Ele sabia que sua eleição fora uma decisão local de suas bases de apoio, seguindo as instruções das Cortes. Não tinha motivos para se arriscar, desautorizando as Cortes em favor do príncipe que estava cercado de ministros vinculados ao antigo regime. O próprio presidente da província derrubado pela Insurreição de 1817, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, estava no Rio de Janeiro, onde gozava da confiança do paço imperial. Gervásio Pires não aderiu à chamada "causa do Rio de Janeiro". Todavia, era impossível manter essa posição de aparente neutralidade entre as Cortes e os partidários de Pedro, o príncipe regente.

O problema dos federalistas pernambucanos era que não só buscavam autonomia em relação às Cortes e ao Rio de Janeiro, mas também alienavam o apoio de ambos os centros de poder. Ao aumentar a pressão sobre a Junta, para que cedesse às demandas de um ou outro lado, a única alternativa parecia ser a independência, mesmo que talvez nem fosse esse o desejo original de Gervásio Pires e seus aliados. Vasconcelos de Drummond, enviado por José Bonifácio para articular um golpe contra Gervásio Pires, escreveu uma carta expressando sua ansiedade, pois temia que os pernambucanos fizessem a independência depressa demais. Era preciso puxá-los para trás.⁶ O puxão veio com um golpe, que derrubou a junta. Tramado por José Bonifácio, o golpe contou com o apoio do Morgado do Cabo, dos irmãos Cavalcanti e de Pedro de Araújo Lima que pretendiam capturar o governo provincial. A chave para o sucesso foi o apoio das tropas de primeira linha, que haviam recebido afagos do príncipe regente em termos de soldos e promoções. Em agosto de 1822, Gervásio Pires informou as Cortes que havia perdido o controle sobre o corpo de tropa. Poucos dias depois, em 16 de setembro, renunciou ao governo provincial.

A nova junta de governo, que aclamaria Pedro I como imperador do Brasil, era formada por senhores de engenho. Logo passou a ser chamada de "governo dos matutos" por seus adversários. A disputa pelo governo provincial, entre a facção liderada por Gervásio Pires contra os Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, continuaria nos anos seguintes até a derrocada da Confederação do Equador, em 1825, que consolidou o domínio em Pernambuco dos partidários da chamada "causa do Rio de Janeiro". Gervásio

6
Apud RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975, vol. 3. p.177.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimular da primeira edição de 1882). p. 369-372. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p. 36-37. QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, II-2. p.193-241. Sobre a formação posterior do partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como partido Praieiro, como reação à liderança de Holanda sobre o partido Liberal em Pernambuco, veja-se: MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. Veja-se ainda: NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União, 1994.

Pires estava no Rio de Janeiro em 1824. Fora eleito para a frustrada Assembléia Constituinte e lá se deixou ficar. Escapou assim de se envolver na Confederação do Equador, apoiada por muitos dos seus aliados em 1822. Nos anos seguintes, ele continuaria arregimentando aliados contra seus antigos adversários fartamente recompensados por Pedro I, inclusive com títulos de nobreza, não só pelo apoio às suas pretensões ao trono, mas também pela violenta repressão à Confederação do Equador.

Durante o primeiro reinado, a política provincial seria comandada pelas mãos hábeis de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda) e dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque) e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Esse último, considerado pelo Marquês de Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se como os outros dois. Ainda havia na família um quarto irmão, mais moço, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Camaragibe), que só teria uma posição de destaque da política provincial no final da década de 1840.

Holanda atuou incisivamente no parlamento, mas foi Araújo Lima quem mais cedo ascendeu aos ministérios. No primeiro reinado, poucos políticos tiveram tanto poder quanto ele. Em 1831, quando Pedro I tentou uma última composição com a Câmara antes da Abdicação, Holanda finalmente ocupou uma pasta no ministério. Enquanto isso, o domínio local era supervisionado pelo irmão Cavalcanti mais velho, Francisco de Paula, futuro Visconde de Suassuna, que se tornou quase que um Vice-Presidente permanente da província, onde ficou a maior parte da sua carreira, mesmo depois que se tornou também Senador. Entre 1826 e 1844, ele assumiu a presidência de Pernambuco pelo menos sete vezes.⁷

A oposição a esse sólido bloco oligárquico não condensava apenas liberais radicais urbanos, os herdeiros de Frei Caneca e dos padres de 1817. A derrota da Confederação foi uma derrota militar. As tropas imperiais que desembarcaram em Barra Grande, entre Pernambuco e Alagoas, unidas ao exército particular dos plantadores aliados aos Cavalcanti, saíram vencedores. Mas havia homens de grossa fortuna apostando suas fichas no governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade em 1824. O decreto de secessão, constituindo a Confederação do Equador, em julho de 1824, pode enganar observadores mais incautos. Manoel de Carvalho havia se aproveitado da renúncia do "governo dos matutos", diante da insubordinação da tropa que voltara da guerra de Independência na Bahia, e se elegeu Presidente da Província. Foi votado em duas assembleias. A primeira, em dezembro de 1823, a outra, no dia 8 de janeiro de 1824. O processo seguia as regras estabelecidas pela Revolução do Porto para a formação das juntas de governo antes da Independência.

Nos meses seguintes, Manoel de Carvalho tentou conseguir que Pedro I reconhecesse sua eleição, designando-o presidente da província de Pernambuco. Entre idas e vindas de emissários, foram sete meses de fracassadas negociações com a Corte Imperial. Tudo em vão. Somente quando as tropas imperiais marcharam para destituí-lo e com o porto bloqueado pelo almirante Taylor, é que finalmente se decretou a Confederação do Equador. O decreto estabelecendo a Confederação certamente afastou muitos dos aliados de Manoel de Carvalho. Eram poucos os grandes proprietários rurais dispostos a se arriscar em mais uma aventura contra as tropas imperiais, poucos anos

8

Veja-se: Diário de Pernambuco, Recife, 09/07/1831, 25/10/1831, 05/10/1831, 26/10/1831.

9

Manoel de Carvalho ficou em último lugar com 605 votos. Mas não estava muito longe de Lima e Silva, logo na sua frente, com 629 votos, o que não era de todo ruim para um homem dez anos antes condenado à morte. *Falas do Trono*. Brasília: Instituto Nacional do Livro-MEC, 1971. p.171.

10

Nos anos seguintes, três irmãos Cavalcanti tornaram-se Viscondes e um Barão. O mais importante, todavia, é que três deles tornaram-se senadores do Império. É o único caso de três irmãos senadores na história do Brasil. De acordo com Taunay, somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX. Para Eul-Soo Pang, se Pedro II tivesse decidido formar uma dinastia brasileira nenhum outro clã teria tanto pedigree para dar um cônjuge à família real do que os Cavalcanti de Albuquerque do Nordeste. TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.160. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.46. PANG, Eul-Soo. *In Pursuit of Honor and Power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988. p.75-76, 200. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimular da primeira edição de 1882).

11

Falas do Trono. Op.Cit., 1971. p.184.

depois do massacre de 1817. Nos anos seguintes, todavia, essa oposição se reagruparia. Em Pernambuco, muito cedo, formaram-se duas facções distintas. Eram quase dois partidos, cujas lideranças estavam bem definidas.

Os chamados "liberais pernambucanos" voltaram ao poder durante o período regencial. Gervásio Pires estava à frente das manifestações de 1831, comemorando a Abdicação. Sabia que o pêndulo do poder agora pendia para o seu lado. Em julho de 1831, a imprensa já criticava abertamente a imensa influência dos Cavalcanti sobre a política provincial.⁸ Os quadros da oposição renovaram-se rapidamente entre 1831 e 1835, quando tanto Manoel de Carvalho, quanto o seu irmão, tornaram-se presidentes da província. Joaquim Nabuco e os analistas coevos chamavam a Abdicação de "Revolução do Sete de Abril". Esse termo caiu em desuso, afinal de contas sabemos que, em 1837, começou o regresso e em 1840 veio a maioria, restaurando a monarquia centralista e autoritária. Mas em Pernambuco, em 1831, os perseguidos em 1824 voltaram ao poder. Para os contemporâneos era de fato uma revolução. Em 1834, Manoel de Carvalho, condenado à morte dez anos antes, tornou-se Senador do Império. Já era então presidente da província, sucedendo outros aliados, um dos quais seu próprio irmão, um dos primeiros Presidentes de Pernambuco após a Abdicação. Em 1835 ainda tinha cacife político para candidatar-se a regente.⁹

Foi no governo de Manoel de Carvalho que Nunes Machado tornou-se chefe de polícia da província, iniciando sua vitoriosa carreira política que culminaria com a liderança do partido praieiro. Foi também no seu governo que se teceu o liame entre os liberais pernambucanos e Chichorro da Gama, que mais de dez anos depois viria a ser indicado pelos parlamentares praieiros para Presidente da província de Pernambuco. Em 1834, Chichorro da Gama tornou-se Presidente de Alagoas. Nessa época, a Cabanada (1832-35) incendiava a fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Chichorro encontrou-se com Manoel de Carvalho no cenário da guerra, traçando uma estratégia conjunta para esmagar os cabanos. O sucesso nessa empreitada consolidaria a aliança entre Chichorro da Gama, Manoel de Carvalho e os futuros líderes praieiros, entre os quais, Nunes Machado. Em 1834, Chichorro já era um político experiente. Fora ministro do Império e, antes disso, provara sua ousadia e lealdade a Aureliano (futuro Visconde de Sepetiba) ao assinar a prisão de José Bonifácio. Aureliano tornou-se assim tutor de Pedro II, ganhando uma imensa influência pessoal sobre o futuro imperador. Na década de 1840, Aureliano iria liderar um grupo de políticos que freqüentava o paço imperial, gozando da intimidade de Pedro. Os praieiros fariam parte desse grupo.

O regresso de 1837 colocaria Araújo Lima à frente da Regência. Os herdeiros políticos de Gervásio Pires, falecido em 1836, e os aliados de Manoel de Carvalho, voltavam à oposição praticamente acuados. Amaro Quintas e a historiografia sobre a Praieira costumavam indicar que foi mais ou menos nessa época que a província de Pernambuco viu-se enfeudada nas mãos dos Cavalcanti. De fato, junto com seus aliados pernambucanos, como Lopes Gama, Maciel Monteiro e Araújo Lima, foram muitos os ministros em que tiveram representação direta.¹⁰ Nomeado senador por Feijó, a quem substituiu provisoriamente após sua renúncia, Araújo Lima candidatou-se e foi eleito regente único com 4.308 votos pelo país afora. O segundo candidato mais votado da lista foi Holanda, com 1.981, seguido de Antonio Carlos com meros 597.¹¹ Uma vez regente, Araújo Lima promoveu ao Senado tanto Holanda como seu irmão mais velho, Francisco. Assim, mal

surgiram os partidos, havia um senador Cavalcanti no partido liberal e outro no conservador. O predomínio da aliança local vencedora em 1824 consolidara-se, ganhando expressão além das fronteiras provinciais. A presidência de Pernambuco ficou a cargo de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista, também membro da oligarquia açucareira.

O imenso poder desse bloco, todavia, não podia deixar de gerar suas contradições. Algumas internas: as vaidades e ambições começaram a se chocar. Também não era possível favorecer todos os apaniguados de tantos chefes ao mesmo tempo, mesmo porque nenhum deles contava com a unanimidade na arena da política parlamentar. De certa forma, os Cavalcanti e seus aliados não agiam quase como um partido apenas na província. Também era assim no parlamento, onde se conduziam com bastante independência em relação às demais lideranças partidárias. Holanda freqüentava a oposição parlamentar desde o primeiro reinado. Mas, também eram tensas suas relação com os outros fundadores do Partido Liberal. Ele não era um liberal doutrinário. A bem da verdade, em Pernambuco, foi sempre um áulico. Como era militar de formação, chegou a comandar tropas contra a Confederação do Equador. Na província, defendia o centralismo monárquico. Já no parlamento, defendia a federação todas as vezes que algum ministério ameaçava interferir nas prerrogativas das oligarquias locais. Holanda nunca esquecia de proteger os interesses e arranjos políticos do seu clã em Pernambuco. Não é à toa que Pedro I não o designou para o Senado, apesar de sua lealdade em 1824. Devido à sua capacidade como orador e às suas conexões em ambos os partidos candidatou-se à regência única em oposição a Feijó, sendo o segundo candidato mais votado em 1835, tendo como aliados Costa Carvalho e Araújo Lima. Todavia, quando os partidos surgiram, aderiu ao Partido Liberal. Assim, qualquer que fosse o gabinete ministerial, os Cavalcanti estavam bem representados. Pode-se entender assim a popularidade do famoso versinho: "quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado, ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado."¹²

Araújo Lima, por sua vez, era o que havia de mais próximo a um corcunda propriamente dito. Esteve sempre do lado do Imperador, ao qual costumava dirigir-se com um estilo "bajulatório" muito próprio, como bem observou José Honório Rodrigues. Mas tinha muita habilidade política, como observou Barman, sendo capaz de sair de situações difíceis sem chamuscar seu prestígio pessoal.¹³ Apesar de sua origem intelectual coimbrã e disciplina para estudo e trabalho, nunca tomou posições doutrinárias explícitas em favor das prerrogativas constitucionais do parlamento, como fizeram em alguns momentos até os mais exatos saquaremas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Eusébio de Queiroz ou Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná). Araújo Lima orgulhava-se e exercia as suas prerrogativas como membro do Conselho de Estado, várias vezes ministro e ex-regente. Suas relações com os saquaremas foram quase sempre tensas. Na maioria das vezes, votava com eles. Sua regência inclusive foi a chave da vitória do Regresso. Foi durante seu mandato que o núcleo central saquarema (Honório, Paulino, Rodrigues Torres e Eusébio) ascendeu ao Senado.¹⁴ Mas, nos anos seguintes, várias vezes entrou em atrito com os grandes tribunos do Rio de Janeiro, que desconfiavam das oligarquias das "províncias do norte", sempre ciosas de si, opostas à hegemonia das "províncias do sul" e ávidas por mais regalias e benesses do imperador. Mais de uma vez, antes do quinquênio liberal, os conservadores

12

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Fac-cimililar da primeira edição de 1882). Veja-se também: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982.

13

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. In: *Atas do Conselho de Estado, 1842-1850*. Brasília: Senado Federal, 1978, vol. III. p. XXVII. BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.190.

14

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.195.

15

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.58, 67.

16

NABUCO, Joaquim. Op.Cit., p.142. NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831- 1871*. Stanford:Stanford UP, 2006. p.163-164.

17

NEEDELL, Jeffrey. Op.Cit, p.82.

18

NEEDELL, Jeffrey. Op.Cit, p.197.

19

MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. cap.2. NABUCO, Joaquim. Op.Cit, p.48. CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. *"Praieiros", "Guabirus" e "Populança": As eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001. Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p. 39.

20

MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit, p. 95-97.

de Pernambuco confrontaram os saquaremas por não apoiarem adequadamente as suas demandas.¹⁵

Essas divergências entre os saquaremas e a oligarquia dominante em Pernambuco, ficaram claras como a luz do dia em pelo menos duas ocasiões. Honório (Marquês de Paraná) recebeu a incumbência de presidir Pernambuco em julho de 1849, para concluir a repressão à Praieira. Todavia, ao invés de se submeter ao desejo dos Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, esmagando os praieiros, abrindo a porta para vinganças pessoais, ele procedeu com certa moderação. Por essa razão entrou em choque a oligarquia local vencedora. Conta Nabuco que ele teria dito ao Morgado do Cabo que não veio a Pernambuco para ser levado pelo cabresto.¹⁶ Essas tensões continuariam. Araújo Lima considerava Bernardo Pereira de Vasconcelos pessoalmente insuportável. Sempre resistiu a sua influência sobre o partido conservador.¹⁷ Mas foi com Honório seu maior atrito. Em 1856, Honório teve uma síncope, que o levou a morte, enquanto respondia às agressivas e duras palavras de Araújo Lima contra sua administração. Honório nunca concluiu sua resposta. Caiu no meio do discurso com terríveis dores intestinais. Dizem que, em casa, com febre alta, antes de falecer, o grande Marquês do Paraná, delirante, ainda balbuciava sua resposta ao Marquês de Olinda.¹⁸ Em sua imensa vaidade, o longevo Araújo Lima consolidou seu poder ainda no primeiro reinado. Mas nem ele obedecia aos Cavalcanti, nem os Cavalcanti a ele. Eram aliados, mas cada qual tinha seu campo de atuação própria.

Essas contradições abriram oportunidades para a oposição aos Cavalcanti. Os futuros deputados praieiros evitaram ficar abertamente contra o governo de Francisco do Rego Barros, futuro Barão da Boa Vista, que pouco a pouco adquiriu prestígio próprio devido a sua habilidade política. Mosher percebeu na correspondência do líder praieiro Lopes Neto que Rego Barros pouco a pouco foi se distanciando dos Cavalcanti. Não a ponto do rompimento, mas para ocupar seu próprio espaço político. Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa de Mello, os dois futuros líderes praieiros no parlamento, gozavam de boas relações com Rego Barros. Essa postura conciliatória do Barão, buscando apaziguar a oposição, certamente facilitou sua permanência na presidência da Província de Pernambuco, entre 1837 e 1844, com apenas uma breve interrupção.¹⁹

Esse longo mandato, algo raro no império, não poderia deixar de gerar desgaste. Apesar das ousadas reformas urbanas que muito marcaram a sua administração, não foi possível para o Barão impedir os conflitos no interior da província. Nas localidades onde as disputas eleitorais eram acirradas era difícil pacificar os ânimos. Os exemplos são muitos. Em Goiana, área de antigos engenhos, o futuro líder praieiro Felipe Lopes Neto entrou em atrito direto com a cúpula do Partido Conservador. Em 1840, em Limoeiro, um poderoso chefe político local, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, aliado ao Barão, entrou em choque contra o grupo do coronel Henrique Pereira de Lucena, que mais adiante se tornaria um dos comandantes das forças praieiras que atacariam o Recife. No alto sertão, no distrito de Flores, Francisco Barbosa Nogueira Paz, também alinhado à oposição ao Barão e aos Cavalcanti, entrou em choque com Leonardo Bezerra da Siqueira Cavalcanti, ligado aos conservadores.²⁰

No final de 1842, a política conciliatória do Barão entraria em colapso. Parte significativa dos membros do partido liberal se rebelou contra seus dirigentes e contra a administração do Barão, acusando-o de exercer um

21
MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.49.

22
SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Origem do partido Praieiro. *Clio*, Recife, n.9, 1987. p. 98

23
MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p. 99-100. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.58.

24
Perfis Parlamentares 3: Nunes Machado. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p.73. MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit, p. 99-100.

25
Sobre a formação do partido Praieiro, como reação à liderança de Holanda sobre o partido Liberal em Pernambuco, veja-se: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. MOSHER, Jeffrey C. Op.Cit. NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Op.Cit.

26
NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.56.

monopólio de partido.²¹ Mário Márcio de Almeida Santos indica que essa cisão decorreu do fato de que certos grupos menos favorecidos pelo poder não tinham acesso aos contratos oferecidos pelo Departamento de Obras Públicas – várias vezes acusado de corrupção na imprensa oposicionista – como também aos quadros governamentais. Até os postos de delegado de polícia do interior eram reservados aos mais chegados à família Cavalcanti. Como o autor lembra: "os favores fiscais, o protecionismo da justiça e a conveniência policial não poderia ser estendida a todos. Muitos comerciantes, senhores de engenho e profissionais liberais sentiam-se excluídos do poder".²²

Essas insatisfações iriam ser canalizadas por Nunes Machado, Lopes Neto, Urbano Sabino e Felix Peixoto, que fundariam o Partido Praieiro. Uma vez no parlamento, essas lideranças começaram a se beneficiar dos adversários dos Cavalcanti e de Araújo Lima. O apoio à oposição pernambucana nem sempre vinha do Partido Liberal, que contava com Holanda bem postado no Senado, protegendo os interesses dos seus aliados na província. Um dos mais inusitados apoios veio do núcleo duro dos saquaremas. Paulino (Uruguai) foi um dos protetores dos deputados praieiros, percebidos como áulicos, mas contrafortes à fortaleza de Araújo Lima e dos Cavalcanti em Pernambuco e, portanto, aliados eventuais nas votações do parlamento.²³ Enfraquecer Araújo Lima e os Cavalcanti em Pernambuco era também enfraquecê-los no parlamento.

Devido a esse trânsito complexo, com Holanda no Partido Liberal, é que talvez Nunes Machado tenha ficado de fora do Clube da Maioridade, votando contra o projeto.²⁴ Melhor dizendo, talvez tenha se oposto à idéia de Antonio Carlos de entronizar Pedro com menos de quatorze anos, porque Holanda era uma dos principais defensores da proposta no Senado. Todavia, consolidada a maioria, os praieiros juntaram-se aos liberais, mas navegando com Aureliano, que praticamente tinha um partido dentro do Partido Liberal, pois seu poder vinha de sua influência pessoal sobre o imperador de quem havia sido tutor. Em Pernambuco, todavia, o problema da oposição permanecia: a presença e prestígio de Holanda Cavalcanti no Partido Liberal. Sendo um dos poucos senadores do partido, era difícil para seus pares das demais províncias, não o apoiar em suas demandas. Por essa razão, em 1842, a oposição aos Cavalcanti terminou formando o Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como partido praieiro.²⁵

Uma longa tradição historiográfica diz que esse apelido foi dado pelos conservadores porque a tipografia que imprimia o *Diário Novo*, o jornal do partido, situava-se na rua da Praia, em frente ao rio Capibaribe. Como nas praias do rio que se jogavam os dejetos das casas, carregados nos tigres pelos escravos, o apelido era claramente ofensivo. E de fato era esse o seu sentido principal, mesmo porque os praieiros acolheram todos os insatisfeitos com o predomínio dos Cavalcanti, de Rego Barros, Araújo Lima, Maciel Monteiro, etc, ou seja, receberam tudo o que havia sobrado – o lixo – da política pernambucana.

Todavia, talvez esse apelido ainda carregasse um segundo sentido. Uma gozação explícita. Os praieiros, como vimos, seguiam a batuta de Aureliano, cuja influência pessoal sobre o jovem imperador era tal que, segundo Nabuco, chega a constituir um dos enigmas da história constitucional do país.²⁶ De fato, entronizado com apenas 13 anos, Pedro não era mais do que um adolescente. Tinha 18 anos quando começou o quinquênio liberal. Além de assíduos palacianos, os deputados praieiros freqüentavam

a casa do Mordomo do Paço, Paulo Barbosa, – o chamado clube da Joana – que ficava em Praia Grande, atual Niterói, onde também residia Aureliano. É bem possível, portanto, que o apelido de praieiro também fosse uma alusão a esse convívio de palacianos em Praia Grande, onde, é razoável supor, Pedro devia ir de vez em quando. O apelido era assim uma referência a uma origem cortesã, corcunda até, o que representava o oposto do que apregoavam os praieiros, que se percebiam como liberais autênticos, nunca como agregados, comensais de um imperador quase menino.

Conforme observou Izabel Marson, havia uma grande diversidade política dentro do partido que congregava, desde liberais históricos ou mesmo republicanos, até notórios conservadores insatisfeitos com o monopólio da máquina eleitoral exercido pelos Cavalcanti e pelo Barão da Boa Vista.²⁷ Para Mário Márcio de Almeida Santos, os fundadores do partido pretendiam quebrar o exclusivismo dos Cavalcanti “dentro da ordem”.²⁸ Seus principais fundadores e articuladores, Nunes Machado e Urbano Sabino, eram conhecidos anteriormente por suas relações políticas bastante próximas do Barão da Boa Vista. Todavia, uma vez fundado o partido, passaram a fazer denúncias e críticas à administração provincial do Barão. Surgia assim uma atuante oposição tanto na Assembléia Provincial como na imprensa.

O *Diário Novo* era impresso na *Tipografia Imparcial* de Luís Inácio Ribeiro Roma, um dos filhos do padre Roma, mártir de 1817. Tanto ele como seus outros irmãos, Francisco, João e José Inácio (o General Abreu e Lima) há muito estavam envolvidos na política provincial. Francisco e João envolveram-se em panfletagens contra Pedro I em 1827 e novamente em 1829. José Inácio, por sua vez, escrevera cartas apoiando a restauração de Pedro I, durante a Cabanada. Essa variedade de posições dentro de uma mesma família dá uma idéia da diversidade dos quadros arregimentados pelos praieiros. Além de Luís Roma, também residia na rua da Praia o comerciante de madeiras José Higino de Miranda, que mais tarde seria Delegado de Polícia e um dos articuladores da revolta. Lá, provavelmente, ocorriam muitas reuniões do partido.

Foi no *Diário Novo* que se consagrou o apelido dado aos adversários dos praieiros: “guabirus”. O guabiru é um rato cinza, que se empertiga todo quando ameaçado. É conhecido por ser ladrão de lixo e de comida. Como não é preto nem branco, é cinza, o apelido indicava que os adversários dos praieiros eram empertigados, por se considerarem muito nobres e importantes, mas não passavam de ladrões e nem sequer eram brancos.

O quinquênio liberal (1844-1848) finalmente daria aos praieiros a chance de pleitear o governo provincial. Muito já se escreveu sobre essa breve experiência dos liberais no poder na década de 1840, gerando várias análises sobre a incapacidade dos sucessivos gabinetes liberais de articular uma ação conjunta e cumprir as metas defendidas no parlamento nos anos anteriores. Se antes de 1844, os luzias acusavam os saquaremas de defenderem o tráfico negreiro e de se locupletarem com isso, uma vez no poder, foram incapazes de conter o aumento das importações de escravos africanos no próprio coração do império, o Rio de Janeiro. Se antes criticavam duramente as reformas ao Código Criminal de 1841-42, que levaram os liberais de Minas e São Paulo à rebelião, uma vez no poder, utilizaram todos os mecanismos institucionais conferidos por essa mesma legislação para ganhar as eleições, coagir os adversários e a população livre pobre. Não foi sem razão a frase, atribuída a Antonio Carlos, parafraseando um primeiro ministro inglês, de que nada lembrava mais um saquarema do que um

27

MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.189-190.

28

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Origem do partido Praieiro*. *Clío*, Recife, n.9, 1987. p.86.

29

Os grifos são do próprio autor. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.167-168.

30

BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.229.

31

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1. p.93. Sobre as relações de Pedro com os saquaremas veja-se ainda NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831- 1871*. Stanford: Stanford UP, 2006 e BARMAN, Roderick. Op.Cit.

luzia no poder. Para Ilmar Rohloff de Mattos, os liberais deveriam "estar no governo do Estado, *mas não o conseguem*".²⁹ Assim eles buscavam e eram capazes de conquistar o poder. Mas eram incapazes de exercê-lo por um período mais longo e cumprir suas promessas de campanha. Barman explica essa dificuldade por causa de uma certa "esquizofrenia" do partido, dividido entre duas personalidades distintas. Uma que queria fazer reformas radicais para transformar o Brasil numa França ou Inglaterra da América Latina. Outra, politicamente mais robusta, que não queria que o Estado interferisse na propriedade, nos interesses e liberdades dos particulares. O resultado era a quase inércia dos gabinetes.³⁰

Não seria fácil, todavia, conseguir o governo de Pernambuco, pois Holanda estava no gabinete de 02 de fevereiro de 1844, que inaugurou o quinquênio liberal. O presidente designado era menos influenciável pelo partido praieiro ou pelo grupo de Aureliano dentro do Partido Liberal. Do alto do Senado e do Conselho de Estado, quem também trabalhava contra as pretensões dos praieiros era Araújo Lima. Ao contrário de Honório e Bernardo Pereira de Vasconcelos, que comandaram a oposição parlamentar contra Pedro I, o futuro Marquês de Olinda fora sempre um fiel vassalo do imperador deposto. Logo depois da abdicação, chegou inclusive a exilar-se voluntariamente em Paris. Provavelmente, essa lealdade foi um esteio da confiança pessoal que Pedro II depositaria nele. Sua relação com o mais graduado chefe guabiru era diferente da que mantinha com o núcleo duro dos saquaremas. No fundo, Pedro sabia que esses desejavam ter ainda mais poder do que o rei, governando o país em nome do imperador, mas relegando-lhe um papel secundário. Depois da Praieira, Pedro ainda requisitaria os velhos saquaremas para missões espinhosas, como a abolição do tráfico, mas, em várias oportunidades, como acontecera pela primeira vez em 1844, cortaria-lhes também as asas quando percebia que suas prerrogativas poderiam ser sobrepujadas pela verve de Bernardo ou pela ousadia e altivez de Honório. Araújo Lima, não. Era mais que um áulico. Segundo Nabuco, foi ele quem conseguiu evitar que os praieiros ganhassem uma pasta nos gabinetes formados durante o quinquênio liberal.³¹

Em 1845, com a queda de Holanda, os praieiros finalmente conseguiram o governo de Pernambuco, ao ser designado para a presidência, primeiro, Manoel de Souza Teixeira, futuro Barão de Capibaribe, e, logo depois, Chichorro da Gama, aliado dos liberais anti-Cavalcantis de Pernambuco desde o governo de Manoel de Carvalho, durante o período regencial. Capibaribe, posteriormente, iria romper com os praieiros. Sentiu-se traído pela falta de apoio nas suas pretensões eleitorais e, talvez, desejasse continuar presidindo a província ao invés de ser substituído por Chichorro.

Com a subida dos praieiros ao poder, várias providências foram tomadas para desarticular os aliados da oposição. Porém, a medida mais radical dos praieiros foi mesmo a demissão em massa de cerca de 650 autoridades, entre delegados, subdelegados da polícia civil e algumas dezenas de comandantes de milícias e guardas nacionais. A nomeação de outros proprietários rurais e urbanos para essas posições foi uma completa gangorra política na província, principalmente para os importantes postos da polícia civil.

A oposição aos praieiros sempre alardeou a arbitrariedade dessa medida nos seus jornais, o *Diário de Pernambuco* e o *Lidador*. Nabuco de Araújo começou sua carreira política na província sob as asas do Morgado do Cabo, dos Cavalcanti, do Barão da Boa Vista e de Araújo Lima. Estudou

32

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1989, vol.1. p.333.

33

FREYRE, Gilberto (Ed). *O Velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Editora Massangana, 1989. p.11.

34

ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. Sobre o assunto, veja-se ainda: QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. CHACON, Vamireh. Introdução. In: *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.37.

em Olinda e foi promotor do Recife, antes de ingressar na política partidária. É dele o mais famoso texto panfletário defendendo os Cavalcanti, os guabirus e acusando os praieiros de tramarem contra a ordem imperial. Sua *Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da praia* foi publicada em 1847 como um livreto anônimo. A autoria foi reconhecida posteriormente por seu filho, Joaquim Nabuco. A argumentação de Nabuco de Araújo é incisiva. Segundo ele, foram apenas 32 as demissões feitas pelo Barão em seu longo governo. Os praieiros, portanto, teriam agido de forma brutal e irresponsável. Não havia, segundo ele, vantagem nenhuma em substituir toda essa gente, mesmo porque a grande maioria eram proprietários respeitáveis e pacíficos. Todavia, se observarmos a linha do tempo, verificamos que os cargos na polícia civil foram criados quando o Barão era Presidente. Assim, se foram poucas suas demissões, foram inúmeras as nomeações que fez. Foram os ungidos naqueles cargos que se beneficiaram das reformas centralizantes – as chamadas “leis reacionárias de 1841/42 – solidificando os aparelhos repressivos. Como observou Faoro, com aquelas reformas, “os capangas dos senhores territoriais passam a ser capangas do império, conduzidos pela Presidência da Província e seus agentes”.³² Era este um dos significados do “feudalismo” Cavalcanti de que falavam os panfletários praieiros e liberais radicais na época. Em suas memórias, um Cavalcanti reconheceu que os parentes do Barão da Boa Vista causaram-lhe muitos embaraços, pois cometeram diversos abusos confiando na sua indulgência.³³ Quando os praieiros assumiram o governo provincial, o aparato repressivo da província tinha a face dos guabirus estampada. As demissões eram a maneira de mudá-la.³⁴

As nomeações para essas 650 posições no aparato repressivo tiveram graves implicações políticas. A ação da polícia civil praieira detonou a configuração de forças construída nos sete anos do governo do Barão. A magnitude da Insurreição Praieira ofuscou os combates que a precederam. Mas foram esses diversos conflitos menores que, somados, culminaram, em abril de 1848, com um movimento armado que a imprensa e as autoridades policiais praieiras chamaram de “revolta”, ou “revolução guabiru”. Os proprietários rurais que combateram esse movimento iriam depois se envolver na Praieira. Os combates no interior aconteceram devido ao atrevimento dos delegados praieiros que começaram a invadir os engenhos dos seus adversários sob vários pretextos legais, principalmente para apreender armas do Estado, aprisionar criminosos e recuperar escravos furtados. Joaquim Nabuco escreveu dezenas de páginas para defender a atuação de seu pai, Nabuco de Araújo, na luta contra os praieiros. Todavia, admitiu que a invasão dos engenhos foi uma necessidade, pois, pela primeira vez, a lei entrava nos quase-feudos dos grandes proprietários rurais. Mesmo admitindo que a maioria dessas diligências tinham um substrato legal, o argumento do pai de Nabuco, também estava certo: os praieiros só invadiam as propriedades dos adversários.

Seguindo essas demissões em massa, vieram os ofícios do chefe de polícia da província exigindo a devolução das armas do Estado de posse das autoridades destituídas. Os delegados praieiros recém-empossados queriam desarmar seus adversários. Pelo volume dessa correspondência, não eram poucas as armas, mesmo porque a distribuição delas não era recente e correspondia a necessidades variadas, inclusive combater quilombolas e deter criminosos comuns. O caminho inverso ocorria com os recém-empossados, que solicitavam armas e munição. Muitos pedidos foram atendidos.

Mais de 4.000 armas e algumas centenas de milhares de cartuchos foram distribuídos pelo governo praieiro entre seus seguidores.

Uma vez armados, os novos delegados e sub-delegados começaram a invadir os engenhos dos antigos encarregados da ordem local em busca das armas não devolvidas. Esse geralmente era o pretexto mais simples. Houve reação aos chamados "varejamentos dos engenhos". Inúmeros foram os conflitos com mortes. Em alguns casos, os proprietários rurais envolvidos nesses conflitos conduziam-se quase como os caudilhos do Prata, comandando várias dezenas de homens armados em defesa de seus interesses e propriedades. Alguns dos combates extrapolaram os limites dos engenhos. Como muitos desses proprietários procediam de clãs com propriedades em diferentes comarcas, ficava fácil refugiarem-se em diferentes freguesias, e até na Paraíba ou Alagoas quando perseguidos pela polícia praieira.

Na zona da mata norte, foram muitos os conflitos. João Vieira da Cunha, Manoel Pereira de Moraes, Manoel Paulino de Muniz Feijó e Francisco Honório Bezerra de Menezes, todos grandes senhores de engenho assumiram postos na polícia civil em Paulista, Igarassu e Itamaracá, durante o governo praieiro. Todos participariam da Insurreição em 1848. João Vieira da Cunha morreria em combate. Francisco Honório Bezerra de Menezes iria ser um dos vice-presidentes da província e compor a chapa para o senado. Moraes, por sua vez, praticamente iniciou a Praieira ao resistir às tropas que foram prendê-lo no seu engenho Inhaman. Durante o governo do Barão, Moraes havia sido perseguido por um delegado, que era da família Cavalcanti de Albuquerque, refugiando-se no Recife. Uma vez no poder, todavia, essas novas autoridades foram à forra. Vários foram os engenhos varejados, tanto na zona da mata norte, como na zona da mata sul.

Alguns desses engenhos pertenciam à fina flor dos Cavalcanti, como era o caso do engenho Monjope, invadido pelo menos duas vezes pelos proprietários rurais praieiros empossados dos cargos na polícia. O senhor do Monjope não só reagiu, como ainda atreveu-se a invadir a vila de Igarassu para soltar os presos, entre os quais, um de seus capangas, preso por portar armas cujo uso era vedado a civis que não possuíssem cargos no aparato repressivo. Quando o ataque aconteceu, João Albuquerque de Holanda Cavalcanti foi rechaçado e também pronunciado pelo uso de armas proibidas e tentativas de tomada de presos à força de armas.³⁵ Na segunda invasão, em 1847, a polícia praieira foi investigar um suposto assassinato a mando de João Antonio Cavalcanti de Albuquerque e Herculando Antônio Bandeira de Melo, dois proprietários que haviam sido demitidos dos cargos nos aparelhos repressivos pelo governo praieiro. A tropa, todavia, foi recebida à bala e rechaçada, retirando-se com um morto e um ferido. A imprensa guabiru não se omitiu daqueles eventos e, segundo o seu principal panfletário, o futuro Ministro Nabuco de Araújo, até os escravos do engenho Monjope teriam sido surrados para revelarem o esconderijo do filho do dono do engenho, acusado do homicídio.³⁶

Houve vários episódios semelhantes em outros engenhos, envolvendo gente de grossa fortuna. Em Limoeiro e Nazaré, vários grandes proprietários envolveram-se em conflitos armados. Henrique Pereira de Lucena, praieiro, e João Maurício Wanderley escreveram ofícios denunciando arbitrariedades mútuas. O conflito entre eles e seus aliados remontava ao governo do Barão. Sebastião Lins também entrou em conflito armado contra as autoridades praieiras. Ele perdeu dois irmãos lutando contra a polícia que pretendia desarmá-lo, mas não se rendeu. Atuava como um verdadeiro

35

Arquivo Público Estadual de Pernambuco
Jordão Emerenciano, Câmara Municipal, vol. 24,
02/05/1845. Polícia Civil, vol. 15, 19/04/1845,
07/07/1845, 14/09/1846.

36

ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.42, p.64, p.66. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 17, 03/07/1847.

37

NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese de Ph.D. University of Chicago, Chicago, 1980. p.197. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 16/07/1846, 21/07/1846, 14/08/1846; vol. 16, 27/12/1846, Carta de Sebastião Lins a Chichorro da Gama, 28/05/1847 in: ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 197. p.189.

38

NARO, Nancy. Op.Cit. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 18, 09/03/1848.

39

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Comando das Armas, vol. 11, 11/05/1848.

40

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 27/09/1846, 15/12/1845.

41

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 15, 05/11/1846; Câmara Municipal, vol. 25, 21/10/1846. ARAGÃO, José Aragão. *História de Vitória de Santo Antão*. Recife: CEPE, 1983. p.199, p.261.

caudilho, movendo-se entre os engenhos de sua família, procurando inclusive abrigo no engenho Natubas, na Paraíba, fora da jurisdição da polícia praieira. Lucena iria ser um dos principais líderes da Insurreição Praieira na zona da mata norte. Lins e Wanderley por sua vez se destacariam combatendo-o em 1848-49.³⁷

Perto do Recife e na zona da mata sul houve também inúmeras escaramuças e "varejamentos" de engenhos. João Roma, delegado de Poço da Panela, varejou engenhos nos arrabaldes do Recife. O mesmo fazia Francisco Carneiro Machado Rios na freguesia de Afogados, também um subúrbio da cidade. Os engenhos Jiquiá, Uchoa, Peres e Santana foram revolvidos à procura de armas. Os propósitos dessas invasões também eram eleitorais. Segundo Roma, seus adversários impunham aos moradores da área uma "cousa" que chamavam de "sua chapa".³⁸ Assim que os praieiros caíram em Pernambuco, em abril de 1848, Roma refugiou-se nas matas do Catucá com a tropa de sua confiança e logo em maio de 48, quatro meses portanto antes da Insurreição Praieira, reagiu contra à recém-nomeada polícia que foi tentar desarmá-lo.³⁹ A partir de novembro de 1848, ele se destacaria como um dos mais destemidos líderes militares da Praieira, tornando-se um dos únicos quatro comandantes de divisão das tropas rebeldes e um dos seus mártires.

No Cabo, área de engenhos controlada pelo Morgado do Cabo e pelos Cavalcanti, a situação era das mais difíceis para as autoridades praieiras. Mesmo assim, um delegado praieiro apreendeu 16 clavinotes que estavam sendo conduzidos clandestinamente para o engenho Trapiche, da família do Barão. Segundo as autoridades praieiras, houve "desordem" na vila em setembro de 1846, liderada por membros da oposição. Em dezembro, Bernardo José da Câmara, que viria a ser um dos líderes da Praieira, sofreu um atentado, o qual, de acordo com a polícia, foi a mando de Antonio Marinho Paes Barreto, senhor de engenho ligado ao Partido Conservador. Sendo do clã do Morgado do Cabo, conforme Antonio Affonso Ferreira, chefe de polícia da província, ele "estava na persuasão que semelhante atentado ficaria impune, como acontecia nas calamitosas épocas em que a ação da polícia se circunscrevia a quem não era potestade local, ou não estava sob sua proteção".⁴⁰

Em Vitória, o delegado praieiro, um grande proprietário rural, resolveu investigar a morte de um tal Alexandre Grande no engenho Urubas, pertencente ao clã Cavalcanti de Albuquerque. Contavam as autoridades praieiras que Alexandre desertara do exército e, sendo protegido de um Cavalcanti, fora enviado ao engenho de um parente, José Severino Cavalcanti, para não ser preso. Ocorre que ele e Rosa, amante do senhor do engenho, teriam-se apaixonado. Por essa razão, foi assassinado enquanto dormia numa rede. À procura do corpo de Alexandre, o delegado varejou o engenho, e, segundo relata, encontrou as covas dos dois amantes, apesar das ameaças de José Severino de que o escravo que o denunciasse iria para o "bacalhau" e, se forro, iria "pro chumbo". Contudo, José Severino, que era presidente da Câmara Municipal de Vitória, onde os Conservadores tinham maioria, mesmo durante o governo Praieiro, foi detido pelo crime.⁴¹

Em setembro de 1846 havia em diferentes termos, 271 praças de linha, além dos Guardas Nacionais locais. Trinta estavam em Garanhuns, 40 na Boa Vista, 17 em Vitória, 12 em Rio Formoso, 11 no Brejo, 15 em Nazareth, 34 em Goiana, 20 em Bonito, 02 em Pau d'Alho, 23 em Sirinhaém e 43 em Limoeiro. Mesmo assim os delegados praieiros pediam reforços constan-

temente. O desarmamento dos adversários também era solicitado insistentemente. Chichorro da Gama escreveu diretamente a pelo menos dois grandes proprietários rurais, que detinham cargos na polícia civil na administração anterior. Um deles possuía 50 armas. O outro, 200. Esses pedidos, todavia, raramente eram atendidos. O senhor do engenho Pitribu, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, foi um dos poucos a obedecer. Mas devolveu apenas 148 das 200 armas solicitadas, alegando não saber onde estavam os guardas nacionais que as receberam. O mesmo ocorreu com o coronel José Joaquim Bezerra de Mello que só entregou ao delegado de Bonito, Martinho de Mello e Albuquerque (sogro de Pedro Ivo e dono do engenho Verde, quartel-general das tropas Praieiras no sul de Pernambuco) uma parte das granadeiras que tinha. O mesmo também ocorreria com o ex-sub-delegado de Quipapá, que devolveu apenas 20 granadeiras em mau estado dentre as muitas que recebera, ainda ao tempo da Cabanada. Declarou que só entregaria o resto a "autoridade superior".⁴²

Uma outra acusação freqüente contra os guabirus, eram os furtos de escravos. Roubar um escravo de um vizinho não era apenas um ilícito penal, mas um caso limite na disputa pela mão-de-obra escrava disponível no mercado. Para Freyre, o endividamento dos senhores de engenho e a crescente dificuldade em renovar a mão-de-obra escrava, tornaram-se problemas tão agudos nessa época, que muitos proprietários rurais viram-se forçados a furtar escravos urbanos. Ao aproximar-se a metade do século XIX, o furto de escravos tornou-se uma "calamidade e um escândalo nas ruas e cidades do norte".⁴³ De fato, na década de 1840, esse tipo de crime tornou-se tão freqüente que extrapolou a correspondência policial, alcançando os jornais, colorindo os debates político-partidários. Todavia, reconhecia Freyre, corroborado por Eisenberg, os proprietários rurais não estavam apenas furtando os cativos urbanos. Furtavam escravos dos engenhos dos adversários. Assim, roubar ou mesmo acoitar escravos alheios, significava enriquecer, enfraquecendo economicamente um concorrente ou adversário político.⁴⁴

Como a imprensa panfletária de ambos os partidos denunciava os furtos de escravos, é razoável supor que ambos os lados tinham ao menos alguma razão. Esse ilícito assumira proporções alarmantes. Viram-se envolvidos membros de algumas das famílias mais importantes da Província, desde um irmão do próprio Barão da Boa Vista, até gente dos clãs Paes Barreto, Wanderley, Carneiro de Albuquerque, Gusmão de Moura, e, é claro, Cavalcanti. Enfim, a fina flor da sociedade pernambucana. Passados oito meses no governo provincial, os praieiros diziam na Câmara dos Deputados que mais de 200 escravos furtados e fugidos foram apreendidos nos engenhos e casas de proprietários ligados aos guabirus.⁴⁵ Em seu relatório de 1846, Chichorro da Gama dizia que: "*O roubo de escravos, Senhores, era por assim dizer um ramo do comércio para estes traficantes, e chegou a um ponto tal que ninguém podia contar com a propriedade deste gênero*". Muitos dos escravos roubados haviam então sido devolvidos aos seus donos "*os quais já os tinham por perdidos para sempre*".⁴⁶ Segundo os praieiros alguns dos cativos furtados haviam sido exportados para as províncias de Alagoas, Paraíba e Ceará. Na Câmara, foi difícil rebater a acusação dos praieiros, corroborada por Tavares Bastos, de que havia até um parente próximo do próprio Barão da Boa Vista envolvido nos crimes.⁴⁷ Após a derrocada da Insurreição Praieira, dizia Vergueiro, contestando as acusações de Olinda aos praieiros: "*É sabido que se entre-*

42

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 14, 15, 18 e 327.

43

Apud FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decandência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, vol. 1. p. 49.

44

EISENBERG, Peter. *Modernização Sem Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.184. FREYRE, Gilberto. Op.Cit., vol. 1. p.50, p.177, p.178, p.287. Sobre os furtos de escravos como um eufemismo para uma eventual troca de senhor por parte do cativo, sem a anuência do seu proprietário, configurando um caso de agência escrava, veja-se: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo*, Recife 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998, terceira parte, passim.

45

MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.89. Câmara dos deputados. Anais do parlamento brasileiro, câmara dos deputados, organizado por A.P. Pinto; Rio de Janeiro: 1878, sessão de 21/07/1846.

46

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Pernambuco. Relatório do Presidente Chichorro da Gama à Assembléia Provincial na Sessão Ordinária de 1846, p. 7.

47

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 17, 03/07/1847. Câmara dos Deputados, sessão de 30/06/1847, 21/07/1846 e 22/07/1846. ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.10-11.

48

Anais do Senado Imperial, sessão de 23/01/1850.

49

A Voz do Brasil, apud *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira* (1849). Brasília: Senado Federal, 1979. p. 329. MARSON, Isabel. *Movimento Praieiro*. São Paulo: Moderna, 1981. p.87.

50

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Câmara dos Deputados, sessão de 13/07/1847.

51

ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.9-11. Veja-se ainda os ofícios de Antonio Affonso Ferreira in Câmara dos Deputados, sessão de 21/07/1846.

52

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 327, 09/03/1846, 10/03/1846 11/03/1846, 26/03/1846, 08/04/1846, 15/06/1846, 17/03/1846, 09/05/1846, 15/07/1846. Câmara dos Deputados, sessão de 21/06/1846, p.292-294.

53

Veja-se a correspondência da polícia transcrita nos Anais da Câmara dos Deputados, na sessão de 21/07/1846. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil, vol. 327, 08/04/1846, 09/06/1846, 15/07/1846. ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. Op.Cit., p.9, p.61.

garam trezentos e tantos escravos e seu donos, escravos... furtados por pessoas de consideração, em cujas casas foram encontrados".⁴⁸ Os furtos de escravos foram amplamente denunciados pela imprensa de oposição aos guabirus. Segundo *A voz do Brasil*, os guabirus eram "os que melhor desempenhavam (. . .) os furtos de escravos e cavalos alheios". Por sua vez, o *Diário Novo* atacava-os dizendo que, para os guabirus, "os empregos públicos são para uns todo o seu patrimônio, assim como os escravos e cavalos alheios constituem a riqueza de outros".⁴⁹

A queixa dos baronistas sobre a parcialidade das autoridades praieiras, todavia, não era destituída de razão. Segundo a imprensa conservadora, a administração favorecia aos amigos e aplicava a justiça reta somente aos contrários. Na Câmara, dizia o deputado Ferraz, os furtos de escravos eram apenas pretextos para "buscas ilegais no centro da província de Pernambuco".⁵⁰ Nabuco de Araújo protestou nas páginas de *O Lidador* contra a parcialidade da justiça praieira. Ele não negou que os Cavalcanti, parentes e aliados participassem dos roubos de escravos, pois que não seria "estranho que em uma família por mais ilustre e moralizada apareçam membros poderes e gangrenados". Todavia, argumentava, a maior parte das vítimas dos ladrões de escravos eram também Cavalcantis. Além disso, a polícia praieira deixara de perseguir os crimes em que estavam envolvidos membros de seu partido, como no caso do furto dos africanos apreendidos pela polícia no iate Bom Jesus dos Navegantes".⁵¹

A apreensão da carga daquele navio negreiro foi alardeada pela imprensa praieira, em 1846, como prova do envolvimento dos adversários no tráfico, dando a falsa impressão de que os praieiros pretendiam realmente reprimir o contrabando de africanos para a província. Todavia, a própria "apreensão" do Bom Jesus foi puramente acidental, pois o navio foi abandonado na praia, encalhado. O capitão e parte da tripulação foram detidos pela polícia, comandada por um primo do Chefe de Polícia da Província, o deputado geral, Antonio Affonso Ferreira. Mas tanto os presos fugiram como, segundo a imprensa conservadora, o delegado Miguel Affonso Ferreira, no ato da apreensão, aproveitou-se para se apropriar de dezenas de cativos, o que teria acarretado sua demissão. Cerca de 60 escravos desapareceram. O mais trágico, todavia, era a cena do crime. Dois africanos foram encontrados mortos na praia no ato da apreensão. O navio de apenas 40 toneladas viera sobrecarregado, ceifando as vidas de 128 pessoas durante a travessia que durou quase dois meses.⁵² Claro que um episódio tão sanguinolento não poderia deixar de ter uso político. A imprensa dos dois partidos aproveitou o episódio para se acusar mutuamente de tráfico e roubo de escravos. Ambos os lados deviam ter razão, pois o tráfico não respeitava fronteiras partidárias. Das acusações mútuas restaram indícios da participação de grandes líderes partidários no negócio, tais como um irmão Cavalcanti mais novo (futuro Barão, depois Visconde de Camaragibe, que chegou a Senador do Império), parentes do mártir praieiro Nunes Machado, e membros da família do Chefe de Polícia Praieiro.⁵³

Exceto no porto do Recife, a repressão ao tráfico era extremamente tímida, para não dizer inexistente, antes de 1851. Após os desembarques, as caravanas de africanos eram conduzidas sem serem molestadas pelas autoridades, embora aqui e ali, proprietários individualmente considerados possam ter tomado escravos de outros, inclusive de forma pacífica, oferecendo vantagens aos próprios cativos. Todas as estradas serviam para a distribuição da carga dos navios negreiros. Não eram muitos os embaraços,

como inclusive relatou o único africano escravizado a deixar suas memórias escritas, Mahommah Gardo Baquaqua. Desembarcado perto do Recife no apogeu do governo praieiro, Baquaqua contou que a casa do plantador onde desembarcou funcionava como um mercado de escravos.⁵⁴ Enquanto estava no navio, ficou claro o receio do cruzeiro inglês que vigiava a costa brasileira. Mas em terra, era tudo feito às claras. Baquaqua ficou alguns dias no engenho, sendo repassando algumas vezes até chegar às mãos de um padeiro, para quem trabalhou por um bom tempo até deixar a província. Os varejamentos dos engenhos não respondiam à necessidade legal de conter o tráfico. Era mais uma estratégia para enfraquecer os adversários, expropriando-os até quando possível.

Esses inúmeros varejamentos geraram terror entre os adversários dos praieiros. Pouco a pouco eles foram se articulando de tal forma que a resistência à ação da polícia paulatinamente deixou de ser individualizada. Além de agir em conjunto, em alguns casos, tomaram a iniciativa, atacando eles mesmos a polícia praieira, antes que suas propriedades fossem invadidas. A imprensa panfletária guabiru acusava os praieiros de incendiarem e saquearem engenhos, matarem os cativos dos proprietários atacados e coagirem os moradores de engenho. Houve muitas mortes entre a clientela e parentes dos proprietários envolvidos em ambos os lados das lutas. Os conflitos multiplicavam-se atingindo o agreste e o sertão. No final de 1847, proprietários rurais do Cabo, Ipojuca, Escada, Bonito, Una, na zona da mata sul, Caruaru e Vitória, no agreste, começaram a se articular sob a liderança de um irmão do Barão da Boa Vista e de José Pedro Vellozo da Silveira. Além de concertarem uma ação conjunta, trouxeram os irmãos Moraes das Alagoas, que atacaram várias freguesias, e chegaram a tentar o apoio de Vicente de Paula, o principal líder da Cabanada (1832-35). O Padre Pinto de Campos, que depois se tornaria delegado de polícia e sucessiva vezes eleito para a câmara dos deputados, também tinha gente armada sob seu comando, apoiando a aliança.

Diante dessas notícias, as autoridades praieiras começaram a pedir cada vez mais recursos para se armarem. Solicitavam pagamento para os guardas nacionais a seu serviço e o apoio de tropas de primeira linha. As diligências da polícia praieira aumentaram entre o final de 1847 e o começo de 1848. Mas seus adversários agora estavam armados até os dentes. Entre eles havia alguns dos maiores proprietários rurais da província e homens diretamente vinculados por laços de família ao Barão da Boa Vista, ao Morgado do Cabo, a Araújo Lima e aos irmãos Cavalcanti, também envolvidos nas articulações. A liderança guabiru sabia que a ameaça de uma convulsão maior na província enfraquecia o governo praieiro e ajudava-os a conseguir anular a eleição de Chichorro da Gama para o Senado, sob a acusação de abuso de poder. Em Pernambuco, os guabirus defendiam-se nos jornais alegando que a reação armada à polícia era a única alternativa que tinham para proteger suas famílias e propriedades.

O auge da "revolta guabiru" aconteceu em abril de 1848, quando os praieiros resolveram atacar o quartel general dos adversários e varejar o engenho Lages do Coronel José Pedro Vellozo da Silveira. O Coronel José Pedro há muito estava envolvido na política provincial. Representava o que talvez houvesse de mais próximo aos caudilhos do pampa gaúcho. Durante a Cabanada, ocorrida nas imediações de um dos seus vários engenhos, apresentou-se com 100 homens para combater os cabanos. Destacou-se nos combates pela sua firmeza e bravura. José Pedro era um rico proprie-

tário, mas não se omitia da luta armada e se orgulhava disso. No seu engenho Lages havia inclusive peças de artilharia, além de centenas de armas próprias das forças de primeira linha. A tropa organizada para atacar o engenho Lages compunha-se de centenas de homens. Vários delegados praieiros, que depois iriam participar da insurreição de 48, articularam o ataque. Todos também eram proprietários rurais. O grosso da tropa, 350 homens, estava com o Coronel Antonio Feijó de Mello, mas havia outras centenas de homens com outros senhores de engenho. O plano era surpreender, cercar e esmagar as tropas do Coronel José Pedro. Todavia, qual não foi a surpresa do Coronel Feijó de Mello, quando foi atacado repentinamente pelo Coronel José Pedro, antes que pudesse se articular com seus aliados. A derrota dos praieiros foi completa. Dizem que o Coronel Feijó teria fugido sem conseguir sequer vestir-se direito. Seus 350 homens não foram páreo para o Coronel José Pedro. Até a munição, uma botica, ambulância, médico e cirurgião-mor com três meses de soldo pagos, foram capturados no dia seguinte. José Pedro e seus aliados, entre os quais João do Rego Barros, irmão do Barão, não se deram por satisfeitos e invadiram engenhos dos adversários, desarmando os moradores.⁵⁵

A notícia da "revolta guabiru" chegou ao Recife, no momento em que Manoel de Souza Teixeira assumia novamente a presidência, substituindo Chichorro da Gama que fora eleito Senador na chapa praieira. Mal sabia ele que, mais uma vez sua eleição seria anulada no Senado, onde Araújo Lima e os Cavalcanti contavam com uma bancada própria. Enquanto isso, em Pernambuco, o novo presidente, Manoel de Souza Teixeira preferiu tomar medidas conciliatórias, evitando a guerra, enquanto esperava pelo reforço de 800 tropas de primeira linha que pediu. Entre maio e setembro de 1848, os liberais continuavam no poder na Corte. Isso evitou a derrocada total dos praieiros. Mas os presidentes nomeados para Pernambuco nesses meses buscaram a moderação. Sabiam das dificuldades que teriam. Começou, todavia, a demissão dos delegados de polícia praieiros. Mas, eles se recusaram a entregar os cargos, atendendo instruções do próprio chefe de polícia praieiro, Antonio Affonso Ferreira, abastado proprietário e deputado eleito pelo partido.

Quando os liberais caíram na corte, em setembro de 1848, Araújo Lima e os Cavalcanti voltaram ao poder. Cerca de 41 homens demitidos da polícia, simplesmente recusaram-se a entregar as armas. Entre os nomeados para substituí-los, estavam muitos daqueles cujos engenhos haviam sido varejados pelos praieiros. Os líderes da "revolução guabiru", agora rearmados e equipados pelo governo provincial, passaram à ofensiva. A "revolução praieira" começou quando tentaram desarmar e prender um delegado praieiro destituído, o Coronel Manoel Pereira de Moraes, abastado senhor de engenho em Igarassu, que havia colaborado nas ações da polícia praieira nos anos anteriores. O Coronel Moraes gozava da amizade pessoal de Borges da Fonseca. Era tão influente em Igarassu, que um dos nomes recebidos pela Praieira na zona da mata norte foi "guerra do Moraes". Uma vez iniciada a insurreição pelos senhores de engenho, as lideranças parlamentares praiieras aderiram, escrevendo cartas para antigos aliados na província, em Alagoas e na Paraíba. Um exército foi constituído, ao qual aderiu Borges da Fonseca, que também arrematou muita gente para a insurreição.

Longe desses conflitos, orquestrados por senhores de engenho e outras lideranças no interior da província, o Recife também fervia naqueles anos que antecederam a Praieira. A insurreição foi também marcada pela

participação ativa de vários trabalhadores urbanos, os "proletariados da praia", na expressão cunhada por jornais vinculados aos conservadores quando se referiam aos homens livres pobres mobilizados pelos praieiros. As tensões que se distribuíam em pontos dispersos no interior, eram potencializadas no reduzido espaço dos bairros centrais do Recife. O período que antecedeu a Praieira foi também marcado por uma série de problemas de ordem econômica que muito afligia as camadas menos privilegiadas, apontando para um eminente conflito social. Entre os principais problemas estavam o restrito mercado de trabalho urbano e a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Esses problemas foram abordados em diversas ocasiões pelos praieiros, servindo para catalisar os ânimos da população livre pobre contra a política dos "guabirus".

O desemprego e os problemas com o abastecimento estavam enraizados no próprio processo de expansão das cidades brasileiras após a Independência, quando muitos habitantes do interior imediato afluíram para o litoral em busca das oportunidades abertas pela expansão da burocracia governamental e do comércio, resultante da abertura dos portos em 1808. Se utilizarmos os referenciais dos dias de hoje, os empregos públicos disponíveis eram realmente poucos. Todavia, para a época, eram muito mais do que jamais haviam sido. Já em 1842, o Padre Lopes Gama, em seu *O Carapuço*, relatava que até os alfaiates, sapateiros e carpinteiros preferiam abrir mão dos seus ofícios e se meterem "na estiradíssima réstea dos pretendentes a cargos públicos".⁵⁶ Em 1847, Antônio Pedro de Figueiredo escrevia preocupado com a redução de grande parte da população provincial "ao papel de solicitadores de emprego público", o que, entendia ele, era um resultado da pobreza geral.⁵⁷ Esses empregos seriam um dos assuntos discutidos pela imprensa panfletária durante o governo praieiro, inclusive por Borges da Fonseca, que acusou os praieiros de demitirem centenas de pessoas dos cargos policiais com o único objetivo de empregar sua clientela. De fato, os praieiros agora poderiam contar com as rendas provinciais para pagar seus capangas e ainda designar inspetores de quartelão.⁵⁸ Os salários, todavia, eram realmente baixos. O que não fazia tanta diferença, afinal, grande parte das relações sociais não eram monetizadas. Essas posições permitiam o acesso a outras vantagens econômicas próprias de sociedades patronais. Os ungidos nos cargos nos baixos escalões do Estado recebiam toda a sorte de favores e pequenos presentes, como frutas e verduras dos feirantes, galinhas, porcos e novinhos dos criadores, e assim por diante. Esses aspectos econômico-sociais das relações clientelares não eram muito diferentes nos séculos anteriores nas grandes cidades da Europa moderna, onde as baixas prebendas não sustentavam o sistema que, como bem disse Braudel, agüentava-se como sempre se agüentou, inclusive com baixos custos salariais.⁵⁹

A própria expansão urbana também facilitou o processo de atração de imigrantes do interior, pois as novas residências precisavam de empregados e, principalmente, de empregadas. Nem todos esses trabalhadores eram escravos. O processo de substituição gradual do trabalho escravo pelo trabalho livre transbordou para o espaço doméstico ainda na primeira metade do século XIX, quando se popularizou entre as elites dominantes uma nova ideologia higienista e racista que, pouco a pouco, foi empurrando as empregadas domésticas cativas para mais longe do convívio familiar, para a cozinha, para as senzalas urbanas. Claro que esse processo foi lento. As famílias abastadas não podiam viver sem verdadeiros exércitos de cativas

56

O Carapuço, Recife, 15/06/1842.

57

O Progresso, Recife, 31/10/1847, p.673. Na década de 1850, o problema continuava. Veja-se: *Diário de Pernambuco*, Recife, 24/03/1856.

58

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União, 1994. p.139. ARAÚJO, José Tomás Nabuco. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife: 1847; reedição: Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.64-73.

59

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, vol.1. p.487-488.

domésticas, mesmo que já não considerassem ideal o convívio da família com as cativas, principalmente as africanas, consideradas brutas e incivilizadas no discurso higienista racista. A solução cada vez mais freqüente foi a busca por governantas brancas para administrar as residências, intermediando a relação das famílias abastadas com as cativas. A permanência da escravidão doméstica, todavia, contribuía para comprimir os salários oferecidos às trabalhadoras não-especializadas. A imprensa local expressava a convivência das domésticas livres e escravas no ambiente de trabalho, ao colocar na mesma seção dos jornais, tanto os anúncios de compra, venda e aluguel de escravas, quanto aqueles de mulheres livres buscando emprego doméstico, ou dos possíveis patrões querendo contratá-las.

Em 1828, uma contagem da população das três freguesias centrais do Recife indica uma população de 25.678 habitantes, afora outras dezenas de milhares de pessoas nos arrabaldes, "rurbanos", na exata expressão de Gilberto Freyre. Desse total, 17.743 (69,0%) eram pessoas livres e 7.935 (31,0%), eram escravos. Em 1855, a população daquelas freguesias havia saltado para 40.977, sendo 33.270 (81,2%) de indivíduos livres e 7.707 (18,8%) de escravos. A população livre e liberta havia aumentado 85% entre um censo e outro. Já a população cativa, permanecera praticamente fixa com cerca de sete mil e tantas almas. Havia, portanto muita gente precisando arrumar alguma ocupação para sobreviver na capital pernambucana.⁶⁰ Esse aumento da população livre e liberta, numa época onde reinava a insalubridade no espaço urbano, não pode ser explicado apenas pela relação entre nascimentos e óbitos. Também havia um influxo constante de imigrantes de Portugal, Açores e Madeira. Todavia, grande parte dessa expansão se devia à imigração do interior próximo, onde havia gente ociosa pelo declínio dos antigos engenhos. Antônio Pedro de Figueiredo relatou nas páginas d'*O Progresso*, que a divisão das terras da província em grandes propriedades (verdadeiros "feudos") muito agravava a situação da população do interior. Vitimadas pela "opressão" dos proprietários rurais, essa população sem terra se via obrigada "a refluir para a capital da província, a abandonar a agricultura, para aumentar o número dos improdutivos e solicitadores de emprego".⁶¹

Todavia, também é possível ter vindo gente de mais longe, atingida pela grande seca que grassou os anos de 1844-46. Essa seca, aliada a uma praga do algodão e perda dos mercados externos devido à concorrência norte-americana, foi pouco a pouco diminuindo o movimento nas prensas e armazéns de estocagem desse produto no Recife, causando mais desemprego. Sabemos ao certo também que a seca comprometeu uma parte da produção de mandioca, tornando mais difícil ainda a subsistência da população de baixa renda. Segundo o cônsul americano no Recife, a produção de mandioca estava seriamente comprometida. Por causa da falta de farinha, o governo provincial viu-se obrigado a gastar em apenas seis meses (de janeiro até junho de 1845), cerca de 167:616\$000 dos cofres públicos, com a compra de 85.808 alqueires desse produto⁶².

Essa gente faminta e outros tantos desvalidos apelavam para a assistência governamental, para a caridade pública e privada. Já em 1835, quando era chefe de polícia da província, Nunes Machado enviou um relatório ao presidente da província, lamentando o grande número de pessoas pobres nas pontes e ruas da cidade mendigando a sobrevivência. Não havia na cidade estabelecimentos que abrigassem os que "estavam reduzidos à última miséria" e que já não tinham mais condições de trabalhar, pois

60

Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando por comarcas, municípios e freguesias o número de casas, fogos, almas e lojas que contém cada uma delas. In: MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife: 1852; Reedição: Recife: Conselho Estadual de Cultura, s.n. Arquivo Público Estadual, Recife: *Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife*, 10/01/1856.

61

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: UFPE, 1977. p.28.

62

United States Consul in Pernambuco, University of Illinois at Urbana-Champaign, Department of State: Microfilm T344, 06/09/1845. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Diário de Pernambuco*, 05.06.1845, n. 122.

63

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Polícia Civil vol. 2, 01/04/1835.

64

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Ofício do Presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo ao Prefeito da Comarca do Recife Francisco Antônio de Sá Barreto*. Datado de 31 de maio de 1837. Fl. s/n. Ofícios da Presidência a Prefeitura (1836-37).

65

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 401.

66

O Progresso, Recife, 1950. p.668-669.

67

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Progresso*, apud *O Lidador*, Recife, 07.12.1847, n. 233.

68

Sobre a questão do abastecimento do Recife no século XIX, veja-se ainda: VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação*. *Clio*, 1993, vol.1, n. 14, p.105. MILET, Henrique Augusto. *Os Quebra-Quilos e a crise da lavoura*. Recife, 1876. São Paulo: Global/Brasília, INL, 1987, p. 52, p.55-56. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, vol. 1. p.160-176.

não dispunham mais de forças físicas "roidas pelos anos e moléstias".⁶³ O aumento desse contingente no final dos anos trinta, tornava-se um problema para a Administração dos Estabelecimentos de Caridade que, necessitando retelhar o abrigo da rua das Laranjeiras, transferira boa parte dos mendigos para o refeitório do Convento do Carmo⁶⁴. A quem não tinha a sorte de conseguir um teto, restava o caminho da rua. O engenheiro francês Louis Léger Vauthier, que esteve em Pernambuco no início dos anos quarenta, afirmou que "as pontes estavam cheias de mendigos". Em 1852, Emil Bauch registrou numa cromolitografia dois pedintes na ponte da Boa Vista, provavelmente já fazendo parte daquele cenário. Mas isso não foi visto apenas pelos contemporâneos dos anos trinta e quarenta. Algumas décadas antes, Henry Koster, que morou anos em Pernambuco, deixou um relato sobre a pobreza que transparecia nas esquinas e ruas principais: "Seres miseráveis são às vezes vistos no Recife, pedindo esmolas pelos quarteirões da cidade, idosos e enfermos. Alguns foram escravos e quando a moléstia os tornou inúteis seus amos lhes deram a liberdade, e os despediu esgotados pela senectude ou estropiados, e seu único recurso é esmolar pelas ruas públicas".⁶⁵

Completando o quadro, o Recife empregou muita gente nas obras públicas durante a administração do Barão da Boa Vista, cujo apogeu foi entre 1838 a 1841. Naqueles anos, foram abertas novas ruas e estradas, construídos prédios públicos e instalado um novo sistema de abastecimento de água. A cidade tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, abrindo assim novas oportunidades de emprego. Nos anos seguintes, essas reformas foram desaceleradas. Muitos mestres, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, pintores e toda sorte de trabalhadores semi-especializados ganharam o caminho da rua. Comparando a administração anterior com a dos praieiros, Antônio Pedro de Figueiredo escreveu, em 1847, que no tempo do Barão da Boa Vista houve grande prosperidade tanto na agricultura, como no comércio, refletindo também na expansão dos empregos urbanos. Segundo ele, as edificações particulares e as obras públicas ofereciam "aos homens desocupados" duas vezes mais oportunidades de trabalho. Os salários dos trabalhadores "se elevaram ao dobro" dos que eram oferecidos no mercado da construção e no setor de serviços gerais durante a administração praieira. Encerrava a sua observação dizendo que a administração praieira, em menos de cinco anos, "secou todas as fontes de trabalho popular" existentes na cidade⁶⁶. Era essa massa de desempregados que o discurso liberal radical buscava atingir. Antônio Pedro de Figueiredo percebeu bem o momento quando disse que tinha "mais de um solicitador de emprego, mais de um empregado demitido, mais de um operário sem trabalho, que sonhava com revoluções".⁶⁷

Outra grande dificuldade enfrentada pela população urbana foi à questão do abastecimento de gêneros alimentícios, um problema antigo que remontava ao período colonial⁶⁸. Era cíclica a escassez dos gêneros de primeira necessidade nos mercados e logradouros públicos. Em 1838, o presidente da província, mandou abastecer o mercado recifense com farinha subsidiada pela Fazenda Pública. Eram 2.400 sacas compradas no Rio de Janeiro, que haviam chegado a bordo dos bergantins *Olinda* e *Lisonia* e estavam recolhidas no Arsenal da Marinha. A ordem do presidente era que se procedesse a venda diária "ao povo" de 50 sacas pelo preço de "trinta mil e duzentos reis o alqueire". O Barão da Boa Vista não deixou de ter o cuidado de recomendar para que não houvesse abuso no momento

69

Arquivo Público Estadual de Pernambuco
Jordão Emerenciano, *Ofício do Presidente da
Província Francisco do Rego Barros ao Prefeito
da Comarca do Recife*. Datado de 05 de abril de
1838. Fl. s/n. Ofícios da Presidência a Prefeitura
(1838-39).

70

Apud FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês
no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
p.118.

71

O Carapuceiro, 13/10/1832, n.26.

72

O Carapuceiro, 04/05/1842, n. 10.

73

Diário de Pernambuco, 11/04/1848, n. 58.

74

Diário de Pernambuco, 19/05/1848, n. 115.

75

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão
Emerenciano, *A Voz do Brasil*, 12/02/1848, n. 15.

da venda, não permitindo que cada comprador obtivesse "mais do que mil alqueires", ou que a farinha fosse vendida a um só comprador "mais de uma vez". Segundo suas recomendações, a preferência do benefício era para "as pessoas pobres e indigentes"⁶⁹.

Um fator que dificultava a circulação de gêneros alimentícios nos mercados e feiras do Recife era a péssima condição das estradas. O engenheiro Vauthier relatou que as dificuldades de transporte oneravam o comércio de víveres: "As numerosas dificuldades que sofrem agora os transportes terrestres aumentam consideravelmente o preço dos gêneros, sejam os importados, sejam os exportáveis, opõem um imenso obstáculo ao desenvolvimento no interior do país, da agricultura (...)".⁷⁰ Em uma de suas crônicas, o Padre Lopes Gama lembrava que as estradas abertas na época do governo do general Luiz do Rego (1817-1821) estavam em completo abandono. Além do mais, as pontes estavam caindo aos pedaços e com muitos buracos no piso, quase intransitáveis. Acrescentava ainda que se as estradas estivessem em bom estado "a gente do Recife teria mais abundância de comestivos (sic), e outros gêneros importantes por um preço muito menor".⁷¹

Um outro fator que elevava o preço da farinha e de outros gêneros de subsistência, era a existência de atravessadores que monopolizavam a comercialização de alimentos no Recife. Não faltavam reclamações nos jornais, acusando esses negociantes de formarem verdadeiras quadrilhas para manter o monopólio do abastecimento, deixando a população em situação de penúria. Para o Padre Lopes Gama, existiam "companhias de atravessadores" em todos os ramos do comércio, atuando até mesmo no miúdo negócio de galinhas, levando "a maioria dos cidadãos a miséria", e acarretando uma "horrível carestia de víveres". Para ele, as autoridades não coíbiam os atravessadores e ainda taxavam alguns gêneros alimentícios, agravando o quadro.⁷² Para os mais impacientes com o alto custo de vida, o problema do abastecimento era um verdadeiro caso de polícia. Em 1848, um anunciante anônimo do *Diário de Pernambuco*, pedia ao chefe de polícia para pôr fim aos "tantos corretores que andam pelas ruas desta praça, iludindo os matutos que trazem cargas de gênero de primeira necessidade". Segundo dizia, era por isso que esses gêneros estavam "muito mais caros"⁷³. Também nesse mesmo ano de 1848, em meio a um período de grande queixa sobre custo da farinha, um anunciante no mesmo jornal relatava que a "súcia de traficantes" que monopolizava o comércio do produto era composta tanto de nacionais como de estrangeiros, que compravam "em atacado" uma grande quantidade e depois vendiam em "conluio" à população por um preço "excessivo"⁷⁴. As folhas nativistas, acusavam os comerciantes portugueses envolvidos no comércio miúdo de alimentos de serem os detentores desse monopólio. Para a *A Voz do Brasil*, havia no Recife uma "quadrilha de marinheiros", que roubava não só os matutos que traziam a farinha para o mercado, mas também os pobres que a compravam. Acrescentava ainda que, agindo com a conivência da polícia, os portugueses impediam que os matutos vendessem diretamente farinha ao povo, para serem "só eles os vendedores".⁷⁵ Em alguns casos, participavam desse "conluio" algumas pessoas responsáveis por manter a ordem na cidade. Pelo menos uma autoridade fez referência ao "abuso que cometiam alguns Inspetores de Quarteirão" do bairro de São José, que se serviam do cargo para obrigar os "portadores de farinha", gente que trazia esse produto do interior para a capital, a lhes vender com exclusividade. Como

76

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Registro de Ofício. RO-11/10, 09/06/1848.

77

Sobre os caixeiros veja-se: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n.06, p.39-53, novembro de 2007. MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 (Coleção Biblioteca Carioca; v. 24).

78

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: União, 1994. p.140-141.

79

MARTINHO, Lenira Menezes. Op.Cit., p.114-116.

80

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflito antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará e FAPERJ, 2002. CARVALHO, Marcus J. M. de. "O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848". In PEREIRA, Miriam Halpern (org.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1993. p.145-162.

81

FREYRE, Gilberto (Ed). *O Velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Editora Massangana, 1989. p.12.

deixa claro o documento, o fim era revender a farinha "por maior preço, em prejuízo do público desta capital".⁷⁶ O problema, portanto, além de antigo, era generalizado e estava longe de ser solucionado.

A partir dessas dificuldades e de muitas outras, vividas cotidianamente pela população de baixa renda da cidade, os praiheiros construíram a sua proposta de campanha mais popular: a nacionalização do comércio a retalho. A onipresença de imigrantes portugueses no comércio a retalho não ocorria apenas em Pernambuco. Em várias cidades do império, o comércio a varejo, responsável pela venda de farinha e de outros gêneros de primeira necessidade, tinha freqüentemente como proprietário um imigrante lusitano, que empregava parentes e conterrâneos como caixeiros. Os romances e folhetins do século XIX, como *O Cortiço* e *O Mulato*, ambos de autoria de Aluísio de Azevedo, estão repletos desses personagens, homens pobres que atravessavam o Atlântico para se estabelecer no Brasil. Alguns, bem sucedidos, alcançavam a riqueza e influência política.⁷⁷ Como aponta Mário Márcio de Almeida Santos, "o ódio em relação a miséria e a espoliação levava o povo a identificar no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, da charque, do pão, da bebida".⁷⁸ A idéia de nacionalizar o comércio a retalho, ao menos gradualmente, era antiga no parlamento. Não apenas por nativismo mas também como uma maneira de conter o desemprego e a vagabundagem. Em 1831, Lino Coutinho apresentou na Câmara uma proposta buscando obrigar todos os estabelecimentos comerciais do império a empregar pelo menos um caixeiro brasileiro. Na mesma sessão, Evaristo da Veiga propôs a cobrança de um tributo, pago pelos comerciantes, por cada caixeiro estrangeiro que exercesse a profissão no país.⁷⁹

Em Pernambuco, na metade da década de 1840, a idéia de nacionalizar os pequenos estabelecimentos comerciais – tais como as bodegas, padarias, lojas e armazéns – ganhou tons radicais embebidos no discurso nativista. Originalmente, o antilusitanismo foi orquestrado por uma parte da elite brasileira como um instrumento para angariar o apoio popular em favor da Independência. Logo esse discurso ganhou as ruas, particularmente nos atritos entre as tropas portuguesas brasileiras no começo dos anos 1820, no primeiro reinado e nos episódios vinculados à Abdicação em 1831. As camadas pobres assumiram esse discurso. A historiografia apresenta inúmeros casos de xenofobia entre a Independência e o fim do período regencial com grande participação popular.⁸⁰ Pela ótica nativista, o domínio de portugueses no comércio a retalho, significava a permanência da situação colonial. Os praiheiros perceberam a força e popularidade desse sentimento e o agregaram ao discurso do partido durante as eleições. Em suas memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque relatou que o *Diário Novo*, ao iniciar a oposição ao governo do Barão usou o fato de o comércio a retalho se achar "monopolizado pelos portugueses" para atrair o povo para o lado dos praiheiros. Logo apareceram outras folhas com um discurso antilusitano ainda mais radical, aconselhando o povo a reivindicar seus direitos.⁸¹ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o chefe de polícia que esmagaria a Insurreição Praieira, pensava da mesma forma. Para ele, a propaganda antilusitana feita pelos jornais de oposição levou muitos trabalhadores brasileiros a reivindicar direitos sobre o comércio. Para ele, os praiheiros "incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e igno-

82

MELO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.3-4.

83

CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. "*Praieiros*", "*Guabirus*" e "*Populança*": As eleições gerais de 1844 no Recife. 2001. Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p.42-57, 119.

84

MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.227-228.

85

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. p.47.

86

MOSHER, Jeffrey C. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. 1996. Tese de Ph.D. University of Florida, Gainesville, 1996. p.147-148. QUINTAS, Amaro. Op.Cit., p.93. Sobre as eleições de 1844 em Pernambuco, veja-se: CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. Op.Cit.

rantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam-lhes garantidas as lojas, tabernas e boticas".⁸²

O discurso em prol da nacionalização do comércio a retalho teve um papel muito importante para a consolidação do partido praieiro no Recife. Como ressalta Manoel Cavalcanti, os praieiros criaram sua plataforma política a partir das insatisfações geradas durante a administração do Barão da Boa Vista (1837-44). Para compensar a desvantagem em relação aos baronistas no Recife, buscaram apoio popular, não apenas para atrair votantes mas também para contar com a multidão para tumultuar as eleições nos distritos onde não tinham a maioria dos votos. A capital era o maior colégio eleitoral da província. Ali votavam artesãos, caixeiros, militares, funcionários públicos e toda a sorte de gente que dispusesse de alguma renda comprovada, sendo assim qualificada como votante e/ou eleitor. Para conseguir o apoio dessa população, os praieiros, primeiramente, tentaram cooptar algumas lideranças, como Borges da Fonseca, com acesso às camadas menos privilegiadas da sociedade. Em seguida, incorporaram ao discurso temas do interesse da população livre pobre da cidade, como o antilusitanismo e a almejada nacionalização do comércio a retalho.⁸³ Como atesta Izabel Marson, as necessidades eleitorais levaram as chefias do partido a "carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife", numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários.⁸⁴ Sabe-se que, em 1847, em plena campanha eleitoral, Nunes Machado proferiu um discurso sobre a nacionalização do comércio, na oficina de um sapateiro, na Rua Estreita do Rosário.⁸⁵ Os praieiros percebiam a força de suas propostas e sabiam apresentá-las nos locais onde seria mais fácil reunir gente interessada. Joaquim Nabuco e mesmo os adversários dos praieiros, reconheciam o apoio popular da praieira.

A popularidade do discurso nativista foi potencializada pelo surgimento de uma outra novidade nas eleições da década de 1840. De acordo com Jeffrey Mosher, em 1844 houve uma multiplicação de reuniões públicas de votantes e eleitores na cidade do Recife. Eram os *meetings* – termo que os jornais utilizavam então, na falta de uma tradução exata na época. Paradoxalmente, o primeiro político a promover esse tipo de evento em Pernambuco foi o próprio Barão da Boa Vista que trouxe essa idéia da França, onde estudou antes de tornar-se Presidente da Província em 1837. Todavia, foram os praieiros os que mais lucraram com a mobilização de adeptos em comícios de rua, uma prática que depois se tornaria parte integral da cultura política do século. Nesses *meetings*, o alcance da voz do orador era o único limite entre as idéias do partido e a multidão. Nunes Machado, conhecido como um grande orador, podia exercer toda a sua arte em público, arrebatando a multidão. Muitos desses encontros acabaram em brigas, quebra-quebra e correrias.⁸⁶

Assim, com o discurso da nacionalização do comércio a retalho ressurgiu o antilusitanismo na província, na forma de violentas manifestações de rua, que muitas vezes fugiram ao controle das próprias lideranças praieiras. Entre 1844 e 1848, ocorreram cerca de sete *mata-marinheiros* que refletiam o clima difícil e propenso a todo tipo de desordens. No meio desse jogo político e da crescente insatisfação popular, quem sofria as conseqüências imediatas era a comunidade portuguesa, formada na sua maioria por pequenos comerciantes e seus respectivos caixeiros de parcos recursos. Os "artistas mecânicos" lusitanos (pedreiros, mestres de obras, carpinteiros, etc) também começaram a sofrer pressões dos artesãos

87

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda*. São Paulo: MGSP Editores, 1992. p. 72 e segs.

88

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.3.

89

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Grande Tempestade*, Recife, 14/09/1847, n. 01.

90

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847, n. 235. Ver também: *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/12/1847, 11/12/1847. *A Voz do Brasil*, Recife, 11/12/1847, 05/02/1848.

91

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Polícia Civil*, vol. 17, 11/12/1847.

brasileiros vinculados aos praieiros. A massa desses imigrantes não era constituída de grandes capitalistas. Muitos dos imigrantes empregados no comércio urbano sequer possuíam escravos. Iraci Del Nero da Costa, em um estudo a respeito de outras províncias do país, revelou que entre os jornaleros e artesãos havia uma predominância de não-proprietários de escravos. Até mesmo entre os pequenos comerciantes, o contingente de não-proprietários de escravos era significativo.⁸⁷ Não há razão para supor que fosse diferente no Recife.

Observando esses mata-marinheiros, percebemos que pelo menos dois deles ocorreram durante comemorações do aniversário da Independência. Entre os dias 08 e 10 de setembro de 1844, houve quebra-quebra em algumas ruas da cidade e vários portugueses foram espancados. Segundo Figueira de Melo, depois do tumulto, os artistas e obreiros nacionais assinaram um requerimento em que se pedia aos "Poderes Superiores do Estado" a expulsão dos artistas estrangeiros e a proibição de certos produtos da indústria européia. Junto com as lideranças praiieras, marcharam em direção a Assembléia Provincial com a petição.⁸⁸ Um motim semelhante ocorreria 3 anos depois, na noite de 07 de setembro de 1847, quando uma multidão se reuniu em frente a uma casa no pátio de São Pedro, onde se realizava um baile também em comemoração à Independência do país. Detalhe no mínimo curioso: o baile tinha sido promovido por mestres artesãos de origem lusitana. Algumas pessoas que estavam de fora da festança começaram a apedrejar o edifício e os convidados.⁸⁹

Aquela não foi a única vez que festividades acabariam em violência. Na noite de sábado para a madrugada do domingo dos dias 04 05 de dezembro de 1847, um baile realizado na sede da sociedade *Philo-Terpsichore* acabou em confusão. Uma multidão se reuniu em frente ao prédio e passou a apedrejar as pessoas que chegavam à varanda. Vidraças foram quebradas. Convidados que se aventuraram a abandonar o prédio foram espancados com cacetes. Segundo o jornal conservador *O Lidador*, o ataque teria sido premeditado, pois, às sete horas da noite, o mestre-sala do baile teria sido avisado dessas "intenções sinistras". Mas, mesmo pedindo proteção ao subdelegado da freguesia, não foi possível evitar que as intenções se transformassem em atos. Ainda segundo o mesmo periódico, muitos homens que tentaram sair do recinto, foram arrancados dos "braços das senhoras que acompanhavam" para serem espancados. Por ordem do próprio subdelegado, muita gente esperou o dia clarear para poder sair. Mesmo assim, em plena luz do dia, ainda havia perigo. Alguns portugueses saíram praticamente escoltados por um grupo de senhoras. Os que se afastaram do grupo tiveram que correr ou encarar os agressores. Também foram vítimas da ira da multidão alguns incautos, que nada tinham a ver com o baile mas que, àquela hora da manhã, estavam indo para a missa e terminaram também sendo espancados.⁹⁰

Na noite de 08 de dezembro de 1847, durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da Conceição, houve uma queima de fogos de artifício no Arco da Conceição, em frente à Rua da Cadeia, onde se juntou muita gente. Segundo o chefe de polícia, "alguns homens turbulentos" começaram a provocar os portugueses por "meio de vozerias anárquicas e ameaçadoras".⁹¹ Segundo *O Lidador*, o tumulto explodiu quando um "bando de selvagens" resolveu acender por conta própria os fogos de artifício. As ameaças verbais se fizeram físicas. Muita gente apanhou. Até o diretor dos festejos foi agredido. As janelas de algumas casas de estrangeiros foram

92

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847, n. 235. Ver também: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 11/12/1847, 05/02/1848. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/12/1847.

93

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *O Lidador*, Recife, 11/12/1847.

94

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Polícia Civil*, vol. 18, 21/01/1848.

95

Os irmãos Carneiro Rios participaram de vários motins desde o período regencial, conhecidos como as "Carneiradas". Em 1845, eles fundaram uma dissidência no partido praieiro, a "Praia Nova". Em fevereiro de 1849, os Carneiros auxiliariam as tropas do governo provincial na defesa da cidade contra o ataque praieiro de 2 de fevereiro de 1849.

96

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. O levante de 1845 em Pernambuco. *Clío*, Recife, n.2, 1978. p.37-47.

apedrejadas e cerca de duzentos lampiões foram inutilizados. Tudo ao som dos gritos de "fora os estrangeiros, a terra é nossa, morram os marinheiros", misturados com repetidos vivas ao Imperador.⁹² A confusão só foi contida com a intervenção de um "troço de cavalaria", auxiliados por 40 a 50 homens das tropas de primeira linha.⁹³

Na noite de 04 de janeiro de 1848, ocorreu mais um tumulto na cidade. No caso, a confusão foi na rua da Praia, onde acontecia um baile promovido por imigrantes portugueses. Segundo relato de uma autoridade, o acontecimento não passou "de algumas pedradas lançadas ao edifício (...) e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram". A polícia se dirigiu ao local, mas em meio ao grande número de gente não conseguiu prender os culpados. Fora um francês, João Burle, que ficou "bastante maltratado", não houve feridos graves.⁹⁴

Além desses motins populares, uma vez no governo, os praieiros também tiveram que enfrentar suas próprias divisões internas, uma vez que havia facções insatisfeitas com as pequenas vantagens que haviam conseguido do partido. Foi esse o caso de um motim orquestrado por um dos irmãos Carneiros.⁹⁵ No dia 25 de setembro de 1845, por volta das três horas da tarde, apareceu um boato de que um dos irmãos Carneiro, Francisco Carneiro Machado Rios, havia sido assassinado pelos adversários políticos no seu sítio do Janga. Rapidamente uma multidão formada pela "gentalha em massa", nas palavras do *Diário de Pernambuco*, saiu dos bairros de Afogados, São José e Boa Vista em direção a Rua da Cadeia. Lá se juntaram ao irmão da suposta vítima, o então Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios, que, com uma forte escolta policial, jurava vingança pelo homicídio. Houve um prenúncio de tumulto. Vários comerciantes fecharam suas lojas temendo o que poderia acontecer. Muitas famílias buscaram abrigo nos navios ou fugiram para o interior da província. Antes que a confusão tomasse vulto, o boato foi desmentido.⁹⁶

De todas as manifestações urbanas que precederam a Insurreição Praieira, em novembro de 1848, a mais intensa em termos de violência e destruição ocorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 1848. O estopim foi uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português de um estabelecimento de carne seca da Rua da Praia. Nesses dias, lojas foram saqueadas e houve pancadaria entre populares portugueses e brasileiros, tropas de linha e outros agentes da ordem. Pelo menos cinco portugueses foram assassinados e cerca de quarenta ficaram feridos. Após o fim do tumulto, uma multidão marchou em direção à Assembléia Provincial exigindo, através de uma petição, *a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias*. Essa petição vinha acompanhada de um extenso abaixo assinado com os nomes tanto de alguns políticos do Partido Praieiro, como também de populares que se envolveriam mais tarde na Insurreição Praieira. O "*mata-marinheiro do Colégio*", nome com que o episódio entrou para os anais da história, foi a última grande manifestação de rua no Recife a repercutir na imprensa pernambucana e de outras províncias.

O episódio teve momentos surpreendentes. Entre eles, uma tentativa, por parte dos rebelados de invadir o bairro portuário, onde se localizavam as casas comerciais de grosso trato, em sua maioria pertencente a negociantes estrangeiros. A "turba" foi impedida graças à intervenção de uma guarnição militar que fechou a ponte de acesso ao bairro. Outro momento decisivo do levante, foi quando uma multidão foi até cadeia com intenção

97

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, *Diário Novo*, Recife, 08/07/1848.

98

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Mentira*, Recife, 04/08/1848.

99

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Advogado do Povo*, Recife, 05/08/1848.

100

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *O Lidador*, Recife, 04/07/1848. Na Câmara, o deputado praieiro Urbano Sabino Pessoa de Mello também acusou Borges da Fonseca de ser o responsável pelo tumulto, argumentando que o manifesto entregue à Assembléia Provincial era "uma cópia quase fiel" de um dos números do Nazareno. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, *Diário Novo* (Recife), 11/08/1848. Mário Márcio de Almeida Santos diz que Borges da Fonseca, de dentro da prisão, conseguiu burlar a vigilância dos carcereiros e redigir um documento a favor da nacionalização do comércio. Esse documento teria tido ampla repercussão na cidade e logo conseguiu a adesão de 5.000 assinaturas. Dali em diante, seus seguidores iriam ser conhecidos como os "cinco mil". SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império*: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: União, 1994. p.132.

101

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Op.Cit., p.145.

102

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 04/07/1848, 08/07/1848, 19/07/1848. Ver também: Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Registro de Ofícios, 1848, vol. RO-11/10, Ofício do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto ao Chefe de Polícia, 21/08/1848.

103

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 27/06/1848.

104

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 19/02/1848.

de soltar Antônio Borges da Fonseca (preso desde agosto de 1847 por crime de imprensa) e o revolucionário paraense Francisco Pedro Vinagre, que estava na mesma cela.⁹⁷ Uma multidão ficou reunida em frente à janela do cárcere onde estavam os dois presos. Segundo Figueira de Melo, Borges da Fonseca "de uma das janelas da cadeia do Recife" incitou a população a pôr fogo nas casas dos portugueses. Uma versão diferente foi dada por *A Mentira*, uma folha republicana, impressa na tipografia do próprio Borges da Fonseca. Segundo aquele jornal, naquela noite juntou-se uma grande quantidade de populares na frente da cadeia, clamando por algumas palavras de Borges. Ele porém, apenas tentou persuadir a multidão a conter a fúria. *A Mentira* transcreveu o discurso que Borges alegava ter feito na ocasião, no qual lembrava aos populares o perigo que corriam: "Não alcançais nada assim, ai estão seis barcos de guerra para serdes metido em seus porões. Lembrai-vos do massacre dos paraenses".⁹⁸

O envolvimento de Borges da Fonseca nesse episódio é bastante controverso. O *Lidador*, folha guabiru, disse que ele aproveitou a ocasião para fazer proselitismo de suas idéias republicanas. O Advogado do Povo confirmou essa impressão d'O *Lidador*, mas ressaltou que Borges teria participado daquelas "ocorrências" de forma diferente, "procurou moralizá-las, aproveitando a disposição popular em prol da liberdade, em prol da democracia, e da república".⁹⁹ Ainda de acordo com O *Lidador*, da janela da cadeia, ele teria distribuído uma proclamação ao povo.¹⁰⁰ É importante lembrar que Borges de fato tinha grande popularidade entre os artistas mecânicos da província e era um homem capaz de arrebatar multidões. Sabendo dessa sua influência, as autoridades locais trataram de confiná-lo, junto com seu companheiro de cela, nos porões de um navio de guerra, a *Euterpe*, onde permaneceu incomunicável até que tudo se acalmasse.¹⁰¹ Nessa confusão, muita gente foi presa e processada, inclusive o principal redator d'A *Voz do Brasil* e funcionário da secretaria da Assembléia Provincial, Inácio Bento de Loyola.¹⁰² Alguns implicados, principalmente aqueles que não tinham protetores influentes, penaram para se livrar da detenção, que poderia resultar no recrutamento.

Embora o *Diário Novo*, órgão oficial do partido praieiro, tenha sido instrumental no aumento do antilusitanismo, havia uma imprensa nativista ainda mais radical. Os exemplos mais fortes são O *Verdadeiro Regenerador Brasileiro* de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, surgido em 1844, e *A Voz do Brasil* de Inácio Bento de Loyola, surgido em outubro de 1847. Para o redator d'A *Voz do Brasil*, Borges da Fonseca foi o primeiro a defender a idéia de tornar o comércio a retalho uma atividade privativa dos brasileiros.¹⁰³ Essas folhas radicalizavam tanto no discurso que chegavam a propor à expulsão, por meios legais, desses imigrantes. *A Voz do Brasil*, chegou a formular um pedido à Assembléia Geral para que "ordenasse" ao governo central que fizesse embarcar os portugueses para a Ilha de Cabo Verde.¹⁰⁴

Mas o antilusitanismo dos praieiros também não era apenas retórico, mesmo que evitassem o radicalismo de Borges da Fonseca e seus aliados. Como vimos acima, durante as manifestações urbanas de 1844 e 1848, foram produzidos abaixo-assinados em favor da nacionalização do comércio a retalho. Tanto em 1844, como em 1848 uma multidão que os jornais da época diziam somar duas mil pessoas, marcharam em direção à Assembléia Provincial com petições onde se exigia a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho. Essas petições teriam

105

Esse projeto foi divulgado por *A Voz do Brasil* em data anterior ao mata-marinheiro do Colégio. Só depois foi amplamente divulgado pelo *Diário Novo*. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *A Voz do Brasil*, Recife, 21/06/1848.

106

SOBRINHO, Barbosa Lima. Urbano Sabino Pessoa de Melo. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1975, Vol. XLVII, p.343-344.

107

Ibidem, p.344-345.

sido produzidas pela Associação dos Artistas Pernambucanos. Os artífices de Pernambuco – os artistas mecânicos como se dizia na época – já tinham, portanto, uma associação para representá-los. O governo praieiro pagava um pequeno apoio pecuniário para sua manutenção. A nacionalização do comércio a retalho era a chave do apoio popular da praia. Logo ela seria levada ao parlamento. Por coincidência, alguns dias antes de estourar o "mata-marinheiro do Colégio", precisamente no dia 03 de junho de 1848, a Câmara dos Deputados na Corte aprovou e enviou a Assembléia Geral um projeto do deputado praieiro Nunes Machado com um único artigo: "É privativo do cidadão Brasileiro o comércio a retalhos. O Governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras, que vendem a retalho, atualmente existentes".¹⁰⁵ Relatando a atuação de Nunes Machado e demais deputados praieiros nessa campanha, Barbosa Lima Sobrinho notou que o projeto aprovado no dia 03 de junho recebeu uma alteração no dia 10, passando a conter dois artigos: "Art. 1. As casas de negócio, de qualquer gênero que seja, nacionais ou estrangeiras, existentes e que se abrirem de novo só obterão licença tendo, pelo menos, um caixeiro brasileiro". "Art. 2. Ficam isentos do serviço ativo da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros". A questão não só do temido recrutamento militar, mas também das eventuais convocações – quase recrutamentos – para servir nas milícias ou nas diligências envolvendo guardas nacionais também ajudava a fomentar o ódio aos portugueses, já que os estrangeiros estavam isentos dessas obrigações.

Depois de sucessivos adiamentos, no dia 28 de junho, o projeto voltou a ter apenas um único artigo, exatamente igual ao proposto no dia 03 de junho.¹⁰⁶ Depois do mata-marinheiro do Colégio, a proposta de Nunes Machado ganhou larga publicidade nos jornais. Sua discussão, todavia, sofreu vários adiamentos, sendo encaminhada para parecer da Comissão do Comércio do parlamento. No dia 22 de agosto de 1848, lembra Barbosa Lima Sobrinho, o projeto retornou sob a forma de um substitutivo dessa Comissão. "Art. 1. Ninguém poderá obter licença para ter casa aberta, onde se negocie em fazendas secas ou molhadas, na Corte, capitais de províncias e cidades do litoral do Império, sem que mostre ter ao menos um caixeiro brasileiro, no caso de empregar-se nessa casa mais de um caixeiro". "Art. 2. § 1. Serão dispensados do serviço da Guarda Nacional, Exército e Armada os caixeiros das casas de negócio, qualquer que seja, em toda a extensão do Império, que tiverem somente um caixeiro nacional. Será igualmente dispensado nas que tiver dois ou três. § 2. Serão isentos dois, três e quatro naqueles em que houver seis, nove ou doze, isentando-se nesta proporção maior número naquelas que o tiverem. Os isentados serão designados por seus patrões. § 3. A doutrina do § 1 somente é aplicável aquelas casas que tiverem o duplo, o triplo, o quádruplo ou mais, na proporção dos caixeiros que devem ser isentados".¹⁰⁷

Pelo andamento do projeto no parlamento, pode-se perceber o cuidado com que o tema foi tratado. Primeiro, foi eliminada a proposta original de proibir o funcionamento de casas de comércio a retalho de propriedade de estrangeiros. Esses estabelecimentos poderiam obter licença de funcionamento desde que tivessem pelo menos um caixeiro brasileiro entre os empregados. Além disso, os caixeiros brasileiros ficariam isentos do serviço na guarda nacional. Essa isenção foi ampliada também para os serviços no exército ou na marinha. Mesmo assim, o projeto de Nunes Machado e suas variantes mais moderadas não foram adiante. Nenhuma

108

SOBRINHO, Barbosa Lima. Urbano Sabino Pessoa de Melo. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1975, Vol. XLVII, p.347.

109

CARVALHO, Marcus J.M. de. A Revolução de Novembro, a população do Recife e suas lideranças em 1848. In: LIBBY, Douglas; FURTADO, Junia. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: UFMG/Anablume, 2006. p.437-463.

110

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.269, 279, 285.

111

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.281, 300.

112

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.54, 288, 298, 301-302. MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.192. MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro: 1849; Brasília: Senado Federal, 1978. p.233.

113

Doc. in *Autos do Inquérito da Insurreição Praieira (1849)*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.288, 299. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06/11/47. *O Nazareno*, Nazaré-Pernambuco, 06/09/1844 apud CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. "Praieiros", "Guabirus" e "Populança": *As eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001. Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, Anexo IX. Caju não era o único artesão negro que participou da Praieira. Havia outros seguidores de Borges da Fonseca que não eram brancos. Vide CARVALHO, Marcus J.M. de. Op.Cit.

114

Relatórios do Comandante das Armas ao Presidente da Província, 1848-1849. In: *Revista do Arquivo Público*, Recife, 1948, vol. 5. p.553.

dessas propostas teve vida longa, morrendo no Senado, como observou Barbosa Lima Sobrinho.¹⁰⁸

Quando a Insurreição Praieira estourou, muitos trabalhadores livres aderiram ao movimento, pegando em armas, participando ativamente dos combates no interior. Eles possuíam uma demanda própria dentro do movimento: a nacionalização do comércio a retalho. Em fevereiro de 1849, durante o combate do Recife, alguns artífices vinculados aos praieiros e aos liberais radicais chegaram a atirar nas tropas imperiais do interior de suas casas e lojas. Outros tantos ingressaram nos batalhões rebeldes, alcançando inclusive o oficialato. Pelo menos 22 artesãos foram explicitamente denunciados nos autos do inquérito da Praieira. Dezenove foram efetivamente presos, oito dos quais no Recife.¹⁰⁹ Alguns foram longe no entusiasmo. O "negro" ou "crioulo" Cecílio, um "oficial de sapateiro" tornou-se Capitão no exército praieiro.¹¹⁰ O funileiro Geraldo Amarante dos Santos era conhecido como um ativo "sedutor de povos", promovendo reuniões sediciosas em sua loja.¹¹¹ Sete alfaiates foram nominalmente denunciados no inquérito. Cinco deles foram presos. Manoel Joaquim da Costa promovia reuniões em sua loja, de onde foram disparados tiros contra as tropas imperiais no combate de fevereiro de 1849. O mesmo aconteceu nas casas onde moravam os alfaiates Ignácio Manoel Viegas e José Romão de Freitas, também sedutores de povos.¹¹² Manoel do Amparo Caju, "pardo caju" (sic) foi outro alfaiate que aderiu à Praieira.¹¹³ A mobilização da população livre pobre, procedida pelos praieiros e lideranças nativistas mais radicais, havia surtido efeito.

Ainda antes da tentativa de invasão ao Recife, quando os combates ocorriam apenas no interior, foi publicado um manifesto dos rebeldes, amplamente divulgado pela imprensa. Escrito no calor do momento, na pequena povoação de Limoeiro, o documento tinha o pretensioso título de "Manifesto ao Mundo". De autoria de ninguém menos que Borges da Fonseca, continha as propostas mais radicais de toda a revolta. O curioso é que tinha a assinatura de vários senhores de engenhos que estavam à frente do movimento. Nesse documento, Borges exigia, entre outras coisas, "o voto livre e universal do povo brasileiro; o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; extinção da lei do juro convencional; extinção do atual sistema de recrutamento". Algumas dessas exigências já faziam parte das reivindicações daqueles que foram às ruas do Recife e se envolveram nos mata-marinheiros. Essas manifestações de rua e a adesão de trabalhadores urbanos à Praieira acabaram gerando o que a historiografia posterior, a partir de Caio Prado Júnior e, principalmente, Amaro Quintas, chamou de "sentido social" da Praieira. Entre todos os documentos produzidos durante a revolta, foi esse "Manifesto" o de maior alcance social. Era essa a "revolução de novembro", pretendida por Borges da Fonseca.

Apesar da derrota da invasão ao Recife, a vitória final contra os remanescentes da Insurreição Praieira levaria meses, pois, no interior da província, na mesma área onde acontecera a Cabanada (1832-35), o Capitão de artilharia Pedro Ivo Vellozo da Silveira internou-se com alguns soldados e índios, apoiado por seus parentes que tinham engenhos próximos. Entre seus seguidores havia até antigos líderes cabanos, como Caetano Alves, um homem extremamente rústico na percepção do General Coelho, mas que estava com "com a cabeça cheia de idéias novas encaixadas a força de martelo pelos senhores revolucionários".¹¹⁴ Conhecendo bem as matas, Pedro Ivo conseguiu escapar das tropas que foram em seu encalço,

tornando-se um símbolo da resistência liberal à monarquia autoritária. O mito tornou-se maior do que o homem. Pedro Ivo morreu em alto mar, enfermo – em circunstâncias misteriosas – como devem morrer os mitos. Castro Alves o imortalizou em versos. A ameaça de uma "guerra nas matas", como havia sido a Cabanada, foi esmagada a ferro e fogo, e os participantes mais humildes, recrutados.

Conclusão

O período que antecede a Praieira foi fundamental para a consolidação do império. Em Pernambuco, foi uma época de intensa agitação. Não bastasse a acirrada disputa partidária para arregimentar e mobilizar votantes e eleitores, no interior, explodiram inúmeros conflitos entre proprietários rurais. Esses conflitos foram gerados pelos mais diversos motivos, desde antigas desavenças oligárquicas, passando pelo ardiloso furto de escravos, até chegar à luta aberta pelo controle dos cargos no aparato repressivo e judicial local. As raízes para tantas tensões eram profundas. Algumas remontavam à época da Independência, quando uma das facções das elites locais foi derrotada. Os vencedores, liderados pelos irmãos Cavalcanti, Araújo Lima e seus aliados, assumiram a hegemonia da política provincial. Esse predomínio foi abalado durante o período regencial, mas consolidou-se após o regresso de 1837, até o quinquênio liberal (1844-48). O partido praieiro congregaria a oposição ao bloco hegemônico.

Na raiz da disputa partidária, estava o controle das instâncias de poder do Estado nacional. O aparato estatal crescera, consolidando uma malha clientelar que terminaria ligando o paço imperial ao mais simples funcionário de uma câmara interiorana. Ocupar as posições no aparato estatal não conferia apenas prestígio. Em Pernambuco, desde 1824, todos sabiam que o governo imperial no Rio de Janeiro não economizaria recursos para proteger os aliados e esmagar os inimigos. Ocupar o governo provincial, significava dispor de todos os recursos provinciais para a auto-proteção nas localidades. Sem falar, é claro, na imensa réstia de outros tantos benefícios econômicos e políticos para os aliados do governo provincial. A chave do poder nas localidades eram, principalmente, os cargos na polícia civil.

Como o maior colégio eleitoral da província concentrava-se no eixo urbano de Recife e Olinda, os praieiros buscaram dominar as eleições na cidade. A população livre pobre há muito que vinha sendo mobilizada pelas elites locais durante os inúmeros conflitos que marcaram aqueles anos, desde a malfadada Insurreição Pernambucana de 1817. Em 1848, era preciso algo mais para mobilizar a multidão em favor do partido praieiro, de forma a consolidar seu predomínio na Assembléia Provincial, na Câmara e, finalmente, elegendo o Presidente Chichorro da Gama para o Senado. A bandeira hasteada pelos praieiros foi a nacionalização do comércio a retalho. Foi em torno dessa reivindicação que a multidão marchou com petições em 1844 e 1848 e correu pelas ruas do Recife, entre quebra-quebras, pancadarias e saques nos sete mata-marinheiros entre 1844 e 1848.

A participação da "populaça" do Recife naquelas manifestações de rua e na insurreição não pode ser explicada pela simples e cega obediência ao patronato político local. Não faltaram deserções entre as tropas combatentes dos dois lados. O clientelismo é uma relação e como tal é ambígua, dinâmica e contraditória. O patrão tentava impor suas prerrogativas. Mas quem está do outro lado da equação também buscava ocupar espaços e alcançar mais benefícios, que podiam ou não se transformarem em direitos

115

Apud QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982. p.38.

costumeiros. A tensão era permanente. Quando os riscos superavam os benefícios possíveis, o cliente desobedecia. Podia terminar até se tornando um daqueles inúmeros guardas nacionais que desertavam de ambos os lados, levando consigo as armas entregues por seus patrões. Escrevendo logo depois da Praieira, Antônio Pedro de Figueredo resumiu bem a dialética do clientelismo: "cumpra confessar que as massas que aderiram ao movimento de Pernambuco se houveram com tanto heroísmo, tanto calor, tanta dedicação, tanto desinteresse, que é mister que algum sentimento forte tivessem no coração e não fossem a simples obediência ao aceno de alguns quem os tenha empenhado na luta."¹¹⁵ A nacionalização do comércio a retalho foi o "sentimento" que mobilizou a "população" do Recife. Foi a ponte entre as classes pois, é a única reivindicação presente em todos os principais manifestos da revolta, amalgamando as camadas sociais que participaram na Praieira. Era uma reivindicação que tinha história, pois já havia sido exigida pela população urbana de Salvador durante a Sabinada e aparecera também no Rio de Janeiro durante a Regência. Era a contrapartida que os trabalhadores livres pobres esperavam pelo apoio aos candidatos praieiros. Foi, enfim, a motivação ideológica mais profunda que levou as lideranças populares a aderir a insurreição e atirar nas tropas imperiais no combate pelo Recife.

Joaquim Nabuco escreveu dezenas de páginas no seu *Estadista do Império* defendendo a atuação de seu pai, Nabuco de Araújo, durante a Praieira. O que mais o incomodava era que seu pai havia sido o principal panfletário de oposição ao partido praieiro e, no entanto, embora fosse um jurista de carreira, não se recusou a participar diretamente do julgamento dos rebeldes, que foram condenados à morte, embora que logo depois suas penas tenham sido comutadas para prisão, seguida da anistia concedida pelo imperador. Mesmo defendendo seu pai, talvez o maior dos panfletários guabirus, Joaquim Nabuco reconheceu o imenso apoio que os praieiros tinham em Pernambuco. Para ele, a Insurreição Praieira bem que poderia ter sido desejada pelos partido Conservador, pois nada poderia beneficia-los mais do que o 1848 pernambucano.¹¹⁶

116

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Paris: Garnier, 1897, vol.1.

De fato, a Praieira causou um estrago ainda maior do que o movimento de 1842 em Minas e São Paulo, reverberando até a corte, selando o futuro do partido Liberal que declinaria em todo o país. Pedro II encerrou ali a sua lua de mel com a oposição parlamentar, guindada ao poder em fevereiro de 1844. Para o imperador não seria mais possível dissociar o perigo republicano da antiga geração de liberais, doutrinários ou não, que participara da Independência e contribuíra para derrubar seu pai em 1831. Em Pernambuco, o partido praieiro seria praticamente dissolvido depois da revolta. A repressão aos praieiros marcou assim o processo de consolidação do Império. Foi a vitória definitiva do projeto centralizador levado a cabo pelos saquaremas. Representou, sobretudo, uma demonstração de força do imperador, agora um adulto, ciente de suas prerrogativas e preocupado em ocupar um espaço político cada vez maior, até o ponto em que teria que ser dispensado pela classe dominante, quarenta anos depois do malfadado ataque ao Recife em fevereiro de 1849.